

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
LITERATURA BRASILEIRA E TEORIA LITERÁRIA

Infância
Memórias em Letras de Forma

Tânia Regina de Souza

Florianópolis, março de 1996

Tânia Regina de Souza

Infância.

Memórias em Letras de Forma.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração em Literatura Brasileira.

Florianópolis, 1996

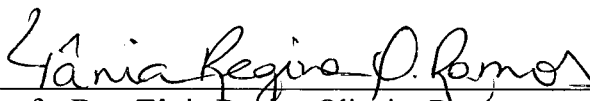
**“INFÂNCIA.
MEMÓRIAS EM LETRAS DE FORMA”**

TÂNIA REGINA DE SOUZA

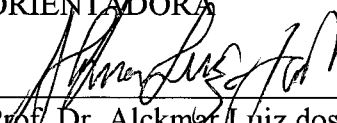
Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título

MESTRE EM LETRAS

Área de concentração em Literatura Brasileira, e aprovada na sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira e Teoria Literária da Universidade Federal de Santa Catarina.

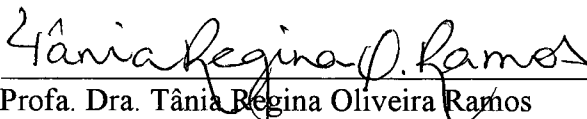


Profa. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos
ORIENTADORA



Prof. Dr. Alckmar Luiz dos Santos
COORDENADOR DO CURSO

BANCA EXAMINADORA:



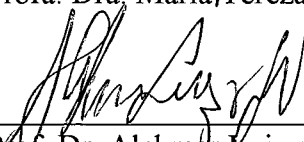
Profa. Dra. Tânia Regina Oliveira Ramos
PRESIDENTE



Profa. Dra. Regina Zilberman (PUC/RS)



Profa. Dra. Maria Tereza dos Santos Cunha



Prof. Dr. Alckmar Luiz dos Santos
SUPLENTE

* * *

* À Tânia, pelo convite ao mundo sedutor das metáforas;

* Aos professores do Curso por contribuírem para a ampliação desse mundo;

* À minha mãe e minha filha pela presença constante;

* Ao Ademir Astrogildo dos Santos, pelas intervenções oportunas;

* Aos companheiros Irineu, Félix, Bete, Daisy, Verônica e Cilene;

* Ao Cícero.

Resumo

Infância, livro de memórias de Graciliano Ramos, publicado em 1945, destaca-se na história do memorialismo brasileiro por conter em seu texto aspectos inovadores, tanto do ponto de vista da técnica narrativa, quanto da posição estilística do escritor. Este trabalho procurou analisá-lo respeitando o seu caráter híbrido, o que não lhe suspende do circuito das memórias, mesmo quando se observa sua tonalidade ficcional.

A gradativa consciência do mundo expõe elementos culturais e práticas educacionais que transgridem a atual concepção de universo infantil. Seja por sua tácita ausência ou por seu avesso, esse universo em letras de fôrma aponta também para o caráter social e histórico da literatura. Entre tantos elementos disponíveis para análise, **Infância** convida igualmente a pensar a história social da criança no sentido inverso, ou seja, por sua ausência.

Abstract

Infância, a book of memories by Graciliano Ramos published in 1945, holds an outstanding place in Brazilian memorialism, for the innovating aspects found in its text, both from the viewpoint of narrative techniques and the stylistic position of the writer. The present study has set out to make an analysis regarding the hybrid character of the book, which does not exclude it from the circuit of memory books, even when its fictional tonality is taken into account.

The gradual awareness of the world brings out cultural elements and educational practice that contradict the present conceptions of the child's universe. Whether for its tacit absence or for its reverse side, this printed universe also points out the social and historical feature of literature. Among so many elements available for analysis, **Infância** also invites the reader to ponder over the social history of the child, in the reverse sense, that is, for its absence.

Sumário

Introdução 01

Capítulos:

Um:	A Experiência, o Tempo, a Memória	05
Dois:	A Conservação da Memória	15
Três:	O Narrador de Memórias	19
Quatro:	A Infância no Memorialismo Brasileiro	30
Cinco:	A Escola Primária de Graciliano Ramos e de seus Contemporâneos	43
Seis:	Infância na Obra de Graciliano Ramos	61
Sete:	A Criança, a Palavra e a Leitura	82
Oito:	Universo Infantil e Tempo Social da Escola	92
Nove:	Infância: o caráter social e histórico da literatura	105

Conclusão 116

Bibliografia 121

“Mas confesso a vossemecês que no folheto dele, publicado em letras de fôrma, há algum exagero (...) Ficam, portanto, os amigos avisados de que na história do Silva há uns floreios. Acho que ele procedeu com acerto: quando um cidadão escreve, estira o negócio, inventa, precisa encher o papel. Natura.”

(Graciliano Ramos: Alexandre e outros heróis, p. 53)

“Os senhores compreendem. Um sujeito como eu, passado pelos corrimboques do diabo, deve ter muitas coisas no quengo. Mas essas coisas atrapalham-se: não há memória que segure tudo quanto uma pessoa vê e ouve na vida. Estou errado?”

(Graciliano Ramos: Alexandre e outros heróis, p. 55)

Introdução

Trabalhar as memórias de Graciliano Ramos me fez mergulhar num passado cujas representações tornaram vulneráveis quaisquer critérios de verdade. Uma narrativa de memórias construída através da concepção individual que o narrador possui a respeito daquilo que viveu ou testemunhou é suficiente para revestir a verdade com uma visão singular e individual. Lembranças de experiências vividas, contidas na interioridade da consciência humana, quando exteriorizadas, representam um passado já reelaborado nas asas de um tempo sem rédeas e, por que não, com asas.

Prosseguindo em minha leitura, uma outra questão relevante se interpôs: o narrador de memórias e as etapas às quais é submetido até atingir o momento da escritura. Etapas que ora denominam-se “evolução criadora”, ora “metamorfose profunda”, mas que trazem sempre implícita a razão do aspecto ficcional no relato memorialístico. A personagem Alexandre, na simplicidade de um contador de histórias do sertão do Nordeste, desconhece provavelmente essas denominações, contudo não ignora a transformação ocorrida entre o acontecido e o narrado. No seu dizer, escritura é letra de forma que admite exageros e floreios quando impressas em papel. Razão pela

qual o título deste trabalho lhe toma como empréstimo a expressão.

A partir de então, alguns elementos da narrativa passaram a constituir o foco de reflexão: a memória e sua relação inseparável com a experiência e o tempo; a memória literária; a escritura e seu ponto excedente. Tornou-se, portanto, necessário fundamentar minhas reflexões sobre alguns estudos feitos por Henri Bergson, entre os quais destaco **Matéria e Memória - Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito (1897)**. São estudos indispensáveis na medida que aproximam memória e consciência, atribuindo a esta última o ponto de união entre o passado e o futuro, responsável, por isso, pela indivisibilidade do tempo interior.

E, à proporção que as leituras sobre as origens do memorialismo brasileiro foram se efetuando, tornou-se importante contextualizar **Infância** dentro da história deste gênero literário. As diferenças entre a narrativa de Graciliano Ramos e a dos memorialistas anteriores a ele revelam sensível amadurecimento pela posição estilística que este escritor assumiu.

Na seqüência, uma comparação entre a infância de Graciliano Ramos e a de seus contemporâneos conduziu a uma abordagem das escolas primárias e suas práticas no início do século XX no Brasil. Infâncias que se aproximam ao buscarem na leitura o ponto de fuga de um universo infantil excessivamente rígido e que sublinham a seriedade da educação na formação do indivíduo.

Analisando o livro de memórias, pareceu-me necessário buscar na trajetória literária do romancista o momento em que se deu o corte biográfico. Dessa forma, uma análise de sua obra, em conjunto, deu à **Infância** o

destaque necessário entre seus textos considerados ficcionais.

Rumo ao próprio texto de *Infância*, destaco a gradativa consciência da linguagem, em que a palavra é o objeto de preocupação da criança. Busca-se o lúdico inerente às infâncias usuais, encontra-se um lúdico às avessas. Desconchavo!, talvez dissesse Graciliano Ramos numa situação contrária àquela esperada. Mas é justamente nesta ruptura com “o mito da infância feliz” que as memórias sugerem que a escritura excede a si mesma. E admitindo neste ponto excedente uma outra possibilidade dentro do espaço da arte literária, permito-me uma breve avaliação em termos de história social, observando aí o lugar que tem ocupado a criança e a escola na história social brasileira.

A partir da constatação de que aspectos históricos e sociológicos entrelaçam-se à literatura, houve a necessidade de analisar as dimensões desta ponte interdisciplinar entre a arte e a sociedade. Vale observar que a literatura brasileira, por um longo período, foi o veículo principal, senão único, de informação e do pensamento do país.

Após rever os movimentos literários de maior importância no que diz respeito à preocupação com a identidade nacional, chega-se às décadas de 30 e 40 com o romance de tensão crítica. Entre os escritores desta geração figura Graciliano Ramos. Nascido em Quebrangulo, Alagoas, em 1892, inicia a publicação de seus romances somente em 1933, aos quarenta e um anos de idade. Sua obra passou, desde então, a fazer parte do romance moderno brasileiro, enriquecendo-o com uma produção literária na qual se observa o conflito constante do homem e seu universo. Em sua trajetória literária têm sido observados com certa constância, os momentos de ruptura

entre a ficção e a confissão, período no qual contribui literariamente em 1945, com a publicação de **Infância**, e em 1953, com **Memórias do Cárcere**, este último, aliás, no mesmo ano de sua morte. Contudo, será a partir do tecido narrativo de **Infância** que passarei a empreender minhas reflexões.

Um - A Experiência, o Tempo, a Memória

Falar sobre memória implica penetrar num campo vasto de indagações, que nos conduzem para além de conceitos que a admitem como puro armazenamento de informações passadas. Deve-se considerar, por exemplo, que impressões passadas, ao serem atualizadas através da função psíquica, trazem em si a marca indelével da experiência, impressões que se tornam possíveis em função das relações inter-humanas. Essas experiências podem ser consideradas, até certo ponto, experiência singular, na medida em que estão contidas nas recordações de acontecimentos que estruturam a vida interior do ser humano. Mas observa-se que a experiência individual desenvolve-se na convivência com um determinado grupo social, e muitas vezes necessita resgatá-lo, para construir a si própria. Penetra assim na memória coletiva, mas permanece no seu caminho ao se revelar através da consciência pessoal e impõe o seu próprio ponto de vista. Contudo, a palavra experiência traz consigo um leque de possibilidades, entre as quais está a sua dimensão temporal.

É importante observar que o tempo sobre o qual se deterá a análise não se refere àquele tratado pela matemática, astronomia ou física. A duração desse tempo não será medida pela linha que delinea a trajetória de um móvel. Para tais ciências, o tempo poderá acelerar-se infinitamente e ainda assim haverá uma fórmula para medi-lo. Vale dizer que, para o nosso caso ao medir o tempo, o

espaço é quem responde¹. A linha na qual a ciência se detém é imóvel e o tempo que se pretende questionar aqui é mobilidade. A representação do movimento, segundo a regra comum, nos leva a crer que o tempo é feito de partes justapostas e diferentes. Obviamente, há uma sucessão tal como é possível perceber num filme. E, se imaginarmos este filme sendo rodado numa velocidade cem vezes maior, ele ainda conterà a sucessão da velocidade normal, mas observaríamos que algo foi suprimido, o que revelará uma deficiência em nossa percepção. Ela se torna incapaz de apreendê-lo em todo o seu universo. Visto desta maneira, o tempo apresenta-se enquanto espaço onde é possível ver alinhados o passado, o presente e o futuro, mas torna-se impossível apreendê-lo em bloco. Mesmo nesse encadeamento rigoroso de sucessão, é impossível conceber a novidade, a imprevisibilidade. Se o admitirmos desta forma, renegaremos a idéia de que uma ação totalmente nova possa surgir entre os momentos sucessivos, em nível interior.

Para perceber a novidade ou o imprevisível será necessário penetrar no nível da "pura duração"². Para exemplificá-la poderia se dizer que, embora planejando para amanhã uma determinada ação, só saberemos o que sentiremos no exato momento de executá-la. Neste intervalo, ou seja, no tempo que separa o hoje do amanhã só será possível configurar a ação exterior. Nada poderíamos suprimir, pois seria impossível subtrair algo da "vida psicológica" sem deformar-lhe o conteúdo. Ao refletirmos interiormente sobre uma ação futura, estaremos vivendo uma duração que se prolongará progressivamente até o momento de executá-la. Aqui estamos permeando a vida interior. Isso exige que pensemos sobre o tempo

¹ BERGSON, Henri. O pensamento e o movimento. (Introdução). In: *Os Pensadores* trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: N. Cultural, 1989, p.233.

² Idem. "Introdução à Metafísica." In: *Os Pensadores*. trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: N. Cultural, 1989, p.133.

concernente à consciência. Aquele para o qual há o desgaste de espera em função de uma causa exterior. Esse é o tempo sobre o qual a ciência nada ou muito pouco poderá fazer.

Diante do que se está expondo, não será observada a medida de duração em si, duração que, embora relegada pela ciência, se faz presente em nossos sentimentos, em nossa vivência. Se, para a ciência, a aceleração infinita não provoca mudanças significativas, a situação não é a mesma para a consciência. A diferença é profunda e é a consciência que conduzirá à vida interior. No seu fluir há uma progressão em termos de mudança numa duração infinita. A duração implicará criação contínua, uma seqüência infinita de novidades e imprevisibilidades. O que, neste caso, poderá ser vista enquanto "evolução criadora"³. Tal evolução será responsável pela criação de estados novos em função de novos pontos de vista.

O questionamento sobre as dimensões temporais não é uma preocupação atual. Observe-se que Santo Agostinho⁴ em suas *Confissões* já sublinhava que *"talvez fosse mais certo dizer-se: há três tempos: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro, porque essas três espécies de tempos existem em nosso espírito"*.

O tempo, assim visto, parece deter-se no presente muito mais do que em qualquer outra dimensão temporal. O passado quando relacionado à sua finitude remete a uma determinada impotência. Em razão de ações finitas surge a possibilidade do esquecimento. Se admitirmos o passado como página prescindível, estaremos determinando, por eliminação, o presente como o que interessa; como único

³ *Id.*, O pensamento e o movente., op. cit., p.227.

⁴ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1991, Cap. XX, p.227.

meio de conduzir à ação. Admitiríamos, com isso, a divisibilidade do tempo e por conseguinte o confinamento de determinados acontecimentos que fizeram parte da experiência vivida. Contudo

*" nossas lembranças, enquanto passadas, são ao contrário pesos mortos que arrastamos conosco e dos quais gostaríamos de nos fingir desvencilhados. O mesmo instinto, em virtude do qual abrimos indefinidamente diante de nós o espaço, faz com que fechemos atrás de nós o tempo à medida que ele passa."*⁵

Questionando um pouco mais sobre o esquecimento do passado e a conseqüente divisibilidade do tempo, uma outra observação merece ser feita: *" a ausência de um passado conhecido e reconhecido; à míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidades coletivas."*⁶

A razão da indivisibilidade de tempo parece conduzir à consciência. "Toda consciência é memória"⁷ diz Bergson. Conservação e acumulação do passado no presente. Mas toda consciência é também antecipação do futuro, pois nosso espírito ocupa-se do que ele é, mas sobretudo do que ele vai ser. A consciência possui a função de reter o que já aconteceu e de antecipar o que ainda não aconteceu. Não há, para a consciência, o presente reduzido a um instante matemático. O que separa o passado do futuro é um instante puramente teórico. Instante que é impossível de ser captado, pois, se o surpreendemos, ele já é passado. A consciência é, portanto, ponto de união entre passado e

⁵ BERGSON, Henri. Matéria e memória. In: *Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: M. Fontes, 1990, p.119.

⁶ LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão et al. 2 ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1992, p.204.

⁷ BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: *Conferências, Os Pensadores*. trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: N. Cultural, 1989, p.191.

futuro e é também razão da indivisibilidade do tempo interior.

Nosso corpo enquanto matéria está submetido aos contornos que o limitam e ao presente. De forma que as experiências vividas, os fatos passados, são considerados passado apenas para a consciência que realiza sua interpretação segundo o que recorda. O corpo desempenha movimentos exteriores, movimentos mecânicos, e concomitante a eles há um outro movimento procedente do interior-voluntário. São movimentos que se caracterizam por sua imprevisibilidade e são designados pela palavra "eu". O "eu" transcende no tempo e no espaço e em todas as partes ao qual está ligado.

Observando agora os movimentos exterior e interior, percebe-se suas correspondências. Ao movimento exterior, mecânico, há a correspondência de um "eu" superficial. Este seria um "eu" automatizado em razão de responder constantemente às circunstâncias cotidianas através da memória hábito. Ao movimento interior há a correspondência de um "eu" profundo. Um "eu" que vive em extrema evolução, dinamismo, e que constitui a personalidade do ser humano. No "eu" interior, profundo, aflora a liberdade que conduz à ação criadora. Este "eu" transpõe as barreiras da ordem social, formal e das pressões circunstanciais em função da sua vivência profunda. Neste movimento interior, que se dá através da consciência, haverá sempre o acréscimo de algo novo no mundo, algo de imprevisível. Na mesma medida, algo novo surge também no interior de quem realiza o movimento, gerando inclusive modificações em seu caráter.

Portanto, se "não há consciência sem memória"⁸, parece relevante pensar a vida enquanto uma adição sucessiva de experiências que reportam sempre ao passado.

⁸ BERGSON, Introdução à metafísica, op. cit., p.145.

Esse movimento implica necessariamente a questão do “esquecimento”, pois é em função deste que o indivíduo pratica o exercício de lembrar. É o que se observa na assertiva de Henri Bergson quando diz que *“não há continuação de um estado sem adição, ao sentimento presente, da lembrança de movimentos passados.”*⁹

Tempo e experiências interpenetram-se e acumulam-se formando um arcabouço para a existência humana. Uma dependência que se comprova pela persistência da “duração interior”¹⁰ cuja função é dar continuidade à vida de uma memória que possui a capacidade de prolongar-se até o presente.

*É, se se quiser, o desenrolar de um novelo, pois não há ser vivo que se sinta chegar pouco a pouco ao fim da sua meada; e viver consiste em envelhecer. Mas é, da mesma maneira, um enrolar-se contínuo, como o fio numa bola, pois nosso passado nos segue, cresce sem cessar a cada presente que incorpora em seu caminho.”*¹¹

Se a duração interior for entendida como um processo de memória capaz de prolongá-la até o momento presente, pressupõe-se que o mesmo processo possua também a capacidade de organizar os vestígios desta memória a cada releitura que dela fizer. A organização possibilita pensar numa função objetiva. O ato de narrar uma experiência, por exemplo, comporta uma “função social”¹². A função social se daria justamente em razão de a comunicação ser fundamentalmente a transmissão a outrem de um acontecimento ou objeto na ausência destes.

⁹ Id., Ibid., p.145.

¹⁰ Id., Ibid., p.145.

¹¹ Id., Ibid., p.136.

¹² LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 424.

O autor, ao interpretar o pensamento de Pierre Janet, considera que o ato mnemônico de fundamental importância está no comportamento narrativo e sublinha a função social deste quando efetivado através da comunicação.

Ponderando sobre a função da narrativa de memória e suas implicações sociais, e buscando ainda pontos de mediação para sua subsistência, percebe-se o elo básico entre comunicação e linguagem. Esta última, enquanto produto social mediada pela comunicação, constitui condição *sine qua non* para a preservação da memória.

Quando se reflete sobre o sujeito na sua relação com a experiência, pondera-se imediatamente sobre quem arroga a si o direito de transmiti-la. Além disso, busca-se as formas através das quais se efetua essa transmissão. A questão inicial remete às atividades alegóricas da mitologia greco-romana onde está Minemósine: “Mulher de idade quase madura”¹³ que segura o queixo em “atitude de meditação”¹⁴. Desta imagem alegórica, construída para a deusa da memória, observa-se dois aspectos, rigidamente levados em conta, no momento de representá-la. O primeiro conduz à inevitável marca temporal. A escultura do mito sublinha, por suas marcas exteriores, a idade avançada. E através desta caracterização física, o tempo torna-se perceptível, visível exteriormente. A marca temporal sugere ainda a vivência de um passado no qual as experiências da vida humana se acumularam. Mas é justamente essa existência, apoiada sobre a idade avançada, que concede à Minemósine material para a meditação e permite este “exercício do pensamento sobre si mesmo”¹⁵, no qual as percepções já experimentadas, além de serem reativadas, podem se organizar numa ordem interior.

Esse ato de meditação assinala então, enquanto exercício do pensamento, a possibilidade da evocação. Uma atitude que o indivíduo pratica no presente e que lhe

¹³ COMMELIN, P. *Mitologia grega e romana*. trad. Thomaz Lopes. Rio de Janeiro: Tecnoprint, Ediouro, 1978, p.261.

¹⁴ Id., *Ibid.*, p.261.

¹⁵ FOCAULT, Michel. O que é um autor? In: *A Escrita de si*. trad. António F. Cascais et al. Passagens, Portugal: Vega, 1992, p.133.

permite chamar à lembrança momentos vividos ou presenciados em determinado tempo ou lugar. Refazendo, portanto, sensações e imagens passadas. Percebe-se então que o ato de lembrar só se torna possível em razão de o indivíduo ter suprimido imagens antigas. Essas lembranças, enquanto “representação de um objeto ausente”¹⁶, sobrevivem mesclando-se às imagens adquiridas pela percepção atual do indivíduo. Este atualiza as imagens passadas através do apelo que lança às camadas mais profundas da memória. Imagens que permanecem no “inconsciente”¹⁷ e que são passíveis de deslocamento por conservarem-se em estado de latência.

Observando agora o ato da meditação na relação que esta atinge com a escrita, torna-se necessário uma breve análise sobre a vida asceta. Michel Foucault¹⁸, empreendendo estudo a respeito da estética da existência, resgata a importância da escrita na cultura greco-romana. Neste período, anterior ao cristianismo, a *ascese*, termo originário do grego [*áskesis*], predicava ao indivíduo o exercício das ações e dos pensamentos através da escrita. A *áskesis* propunha, assim, “um adestramento de si por si mesmo”¹⁹, incluindo aí não somente o exercício da meditação, mas também a memorização dos acontecimentos do dia e exames de consciência. No entanto, a *áskesis* só se efetivava no momento em que este exercício se transportava para o caderno de notas, procedimento que atribui à escrita um caráter imprescindível dentro deste processo. Contudo, a *ascese* não prescinde também da *anacorese*, palavra que, igualmente originada do grego [*anachóresis*], implica a necessidade de que o indivíduo tem de retirar-se, de

¹⁶ BERGSON, Henri. *Matéria e memória; Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, op. cit., p.56.

¹⁷ Id., *Ibid.*, p.117.

¹⁸ FOUCAULT, op. cit., p.129.

¹⁹ *Ibid.*, p.132.

afastar-se do convívio social para buscar no próprio isolamento o espaço para a contemplação.

A contemplação, meditação profunda, precede o exercício prático da escrita, em que se imprime os movimentos do pensamento e os estados da alma. Através do exercício do pensamento e da escrita configura-se a recuperação de experiências e sensações individuais. É nesta etapa do procedimento que, para o indivíduo, “se faz presente um princípio, uma regra ou um exemplo, reflete sobre eles, os assimila, e se prepara assim para enfrentar o real”²⁰.

Todo esse exercício, ao atribuir à escrita o seu desempenho definitivo, adquire duas formas: uma “linear”²¹ e outra “circular”. Caberia aqui destacar esta última pelo que engendra o seu caráter cíclico, ou seja, a meditação precede a escrita e esta, por permitir a releitura, proporciona sempre uma outra oportunidade para a meditação.

Assim, a tentativa de estabelecer relações entre o exercício inerente à ascese e a narrativa de memórias conduz ao templo solitário do anacoreta e aos momentos de reflexão do asceta. Relação que permite vislumbrar Graciliano Ramos, em idade avançada, arrogando a si mesmo o papel de **Mnemon**. Vale dizer, um papel que “perfoma”, retirando dos acontecimentos ulteriores material para a feitura do texto. É o que subjaz na observação de Antonio Candido, quando diz que “para Graciliano a experiência é condição da escrita ...”²². Em **Infância**, a memória voluntária verga-se ao desejo do intelecto que

²⁰ Ibid., op. cit., p.113.

²¹ Ibid., p.134. Segundo M. Foucault, a escrita está associada ao exercício do pensamento de duas maneiras diferentes: circular e linear. Esta última vai da meditação à atividade da escrita e desta ao *gymnazein*, quer dizer, ao treino da situação real e à prova: trabalho de pensamento, trabalho pela escrita, trabalho em realidade.

²² CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. In: **Ficção e Confissão**. Rio de Janeiro: 34, 1992, p.58.

seleciona lembranças e reflete sobre elas. É, portanto, uma escrita de si mesmo, sem o exercício diário do asceta, mas originada do exercício do pensamento após longo distanciamento dos episódios vividos quando menino. E se, ao final, o convite à reflexão sobre a organização social e suas normas repressoras permanece implícito, é porque o caráter cíclico da escritura aí também se apresenta.

Dois - A Conservação da Memória

Avançando um pouco mais, vale observar as conseqüências da passagem da linguagem falada para a escrita e a aproximação que ambas possuem com a memória, sublinhando que

"A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta, quer nos outros, quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória.¹

Toda essa implicação social na qual está inserida a memória remete à sua evolução. O seu desenvolvimento progressivo nas sociedades sem escrita se deu a princípio pela persistência da transmissão oral, que era, sem sombra de dúvidas, um meio de resguardar o passado. Para perceber sua importância basta aludir ao papel significativo do *MNEMON*² na Grécia Arcaica. Existia, inclusive, a preocupação na época em relação à memória com o surgimento do alfabeto. No Fedro de Platão já é possível ler que

"Tal coisa tornará os homens esquecidos, pois deixarão de cultivar a memória; confiando apenas nos

¹ LE GOFF, op. cit., p.425.

² Ibid., p.437.

livros escritos, só se lembrarão de um assunto exteriormente e por meio de sinais, e não em si mesmos. Logo, tu não inventaste um auxiliar para a memória, mas apenas para a recordação."

(Fedro 275c-256)

De fato, a passagem da linguagem falada para a escrita veio constituir condição fundamental para o armazenamento da memória, e com isso extrapolou os limites de nosso corpo no momento em que foram conduzidas às bibliotecas³. Mas nessa transição há que se considerar o desempenho de narradores que constroem memórias "chamando as coisas à mente do seu próprio interior". Em outras palavras, evocando o passado sem auxílio de registros.

Prosseguindo em direção ao propósito deste estudo, é importante observar que o texto de Graciliano Ramos tem como objeto de representação o próprio "eu". Às vezes vacilante, outras no limite da imprecisão de certos fatos, mas buscando no seu interior, na autocontemplação, a construção de seu passado, da experiência e vivência de si mesmo.

Aqui, vale sublinhar que o movimento interior realizado pela consciência, no momento em que organiza os vestígios da memória, propicia ao "eu" plena liberdade para a "ação criadora". Isto equivale dizer que a cada movimento interior poderá ocorrer não somente o acréscimo de "algo novo" como também a supressão deste.

A "escrita do eu", não raro, suscita dúvidas quando impressas no texto. Pondera-se sobre o papel desempenhado pela intermediação do narrador adulto. Considera-se as transformações operadas nas imagens recalcadas do

³ Ver a respeito em Le Goff, op. cit., p.425.

inconsciente e seu desvanecimento no decorrer do percurso da existência da criança até a idade adulta.

Entre a possibilidade de esquecimento e a veracidade do resgate da memória, impõe-se a literatura que, imbricada ao conceito de arte, admite duas concepções. Uma busca na dimensão semântica do texto a imitação da realidade e do mundo. A outra fundamenta-se sobre o material no qual a arte está moldada. Em outras palavras, é a possibilidade de perceber na linguagem e suas articulações o transcendente da escritura; seus vínculos externos e vestígios culturais.

Deste modo, os olhos incansáveis do observador menino, transmudado em adulto, recria com a palavra o mundo definitivamente ausente. O que parece frágil, inefável no confronto com o tempo, adquire forma na combinação das palavras e concretiza-se com o "subjativismo unipessoal"⁴ de um "eu" narrativo que não se limita a observar o exterior, mas que também se emaranha nas ações narradas através das próprias avaliações. A respeito do "subjativismo unipessoal", Auerbach o define como aquele que só permite que fale um único ser e que só considera válida a sua visão de realidade. O resultado seria a representação da consciência unipessoal e subjetiva.

A "consciência rememorante"⁵ constitui condição básica para a reconstrução do objeto ausente. Sem ignorar, no entanto, que na relação com a cultura e com a sociedade se encerra o delinear da identidade individual. Em outras palavras, a definição da origem do indivíduo permite-lhe criar uma relação entre seu passado e o cosmos e, a partir daí, é possível determinar sua identidade, sua independência. O homem, ao se descobrir em sua

⁴ AUERBACH, Erich. "Mimesis". trad. Suzi Frankl Sperber. In: *A Meia Marrom*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p.459.

⁵ *Ibid.*, p.488.

individualidade, além de criar possibilidades rumo à sua auto-realização, permite a si mesmo assumir-se na sua totalidade, ou seja, tal qual é.

Três - O Narrador de Memórias

O substantivo **memória**, por aquilo que delimita sua definição, remete imediatamente a algo pessoal, individual. No entanto, na medida em que é permitido pensar com Michel Foucault e Roland Barthes no que concerne aos processos da escritura, dentro do campo literário, é possível perceber outros níveis na relação sujeito-escrita.

Perceber, por exemplo, que a ausência do autor deixa como legado unicamente a escritura, e somente a partir dela é possível descobrir o texto. Há um ponto fundamental a ser observado nessa escritura que se baseia numa relação inseparável com a morte. Nela há a possibilidade de admitir a "finitude humana". Ela tanto pode adiar a morte tal qual se vê no exemplo de Sherazade, quanto pode perpetuar, imortalizar um herói na epopéia grega¹.

De forma semelhante, esse espaço de tensão entre vida e morte também está presente na escritura de memórias. Pode-se distingui-las sob dois aspectos: um deles centra-se na proximidade da morte. A velhice outorga autoridade para narrar experiências. Um outro aspecto estaria centrado no "neutro" da escritura que é capaz de propiciar

¹ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** trad. de Antônio Fernando Cascais et al. Portugal: Vega-Passagens, 1991. p.35.

"o apagamento dos caracteres individuais do sujeito que escreve; por intermédio de todo o emaranhado que estabelece entre ele próprio e o que escreve, ele retira a todos a sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência".²

Roland Barthes analisa o processo da escritura de forma semelhante. Para ele a escrita é a destruição de toda voz, de toda a origem. Assim, a escrita caracteriza-se pela sua neutralidade em função de o sujeito perder toda a identidade no momento em que escreve. Considera-se somente o performativo, ou seja, o ato pelo qual a enunciação se profere. Atribui à cultura atual, o fato de a literatura estar "tiranicamente" centralizada no autor. Isto é, na sua pessoa dotada de hábitos, paixões e vícios. Dessa forma, "explica-se" a obra por aquele que a produziu, o que equivaleria dizer que para cada ficção estaria uma "confidência".

Citando Mallarmé, Roland Barthes afirma que

"para ele, como para nós, é a linguagem que fala, não o autor; escrever é, através de uma impessoalidade prévia, (...) atingir esse ponto onde só a linguagem age "performa", e não "eu": toda poética de Mallarmé consiste em suprimir o autor em proveito da escritura."³

Dessa maneira, o texto constitui-se de um campo sem origem. A ausência dessa originalidade ocorre em virtude da multiplicidade de escrituras que se mesclam em decorrência das diversidades culturais. Um texto adquire a forma de um *patchwork* e encontra no leitor o ponto de união dessa mescla de citações, diálogos, paródias e contestações. A unidade do texto encontrará seu destino no

² Id., op.cit., p.36.

³ BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.66

"leitor"⁴, que alinha num único campo a variedade de traços do qual se constitui.

Admitindo o texto sob tal perspectiva, elimina-se o seu caráter confidencial e passa-se a considerá-lo enquanto possibilidade de exceder a si próprio naquilo que sua escrita pode "transgredir ou inverter".⁵ A escrita não se detém na sua interioridade. Desdobra-se num jogo que flui para além de suas regras e extravasa a si mesma. O sujeito não se fixa na linguagem, e portanto cria-se um espaço no qual o sujeito desaparece beneficiando uma classe ou coletividade.

Citações, diálogos, paródias, contestações ou mescla cultural — o texto narra uma história, algo que já é memória e "*contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas*".⁶

Conservar, neste caso, significa imortalizar através do recontar.

No caso de **Infância**, a escritura que deseja resistir ao tempo; que deseja ser preservada, é a da experiência "vivenciada" quando menino pelo narrador já próximo da velhice. Contudo, caracterizá-la enquanto memória individual conduziria certamente ao equívoco de banalizá-la, pelo fato de que as relações inter-humanas servem de "pontos de referência"⁷ na organização desta. A memória individual constrói-se na medida em que está simultaneamente ligada a uma existência social, ou seja, nas relações entre o indivíduo e o "grupo social" no qual

⁴ Ibid., p.70.

⁵ FOUCAULT, op. cit., p.35.

⁶ BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**. trad. Sérgio Paulo Rouanet. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.205.

⁷ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. trad. Laurent León Schaeffer. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p.10.

este se desenvolve. Vale observar que, embora dependendo do grupo social, a lembrança instaurada na consciência do indivíduo é também ponto de referência que lhe permite situar-se na progressiva "variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva".⁸

O narrador das memórias de *Infância*, embora envolvido nas malhas da coletividade, arroga para si o direito à individuação. O "ente social"⁹ ao qual Maurice Halbwachs se refere surge através do filtro do narrador adulto muito mais como observador grave, minucioso e menos como participante do processo coletivo. Este lado ativo cresce "embutido", meditando sobre o sentido das palavras, da escrita e da leitura. O caráter intimista ligado ao destino implacável de escrever percebe na linguagem a possibilidade de organizar o caos, criando imagens e ordenando o mundo infantil.

Um universo infantil "reduzido" ao gradual processo cognitivo. E que quando traduzido em linguagem não se faz lembrança no sentido de colaborar com a reprodução daquilo que assimilou entre as condições de seu meio social. É que "escrever não pode mais designar uma operação de registro".¹⁰ Dessa forma, *"na medida em que a linguagem é figura, na realidade nunca é a coisa em si mesma mas a representação, a imagem da coisa enquanto tal, é silenciosa, muda como as imagens o são."*¹¹

Ousaria dizer que nem tão silenciosa e muda, pois o texto, naquilo que excede a sua própria escrita, reflete questões sociais dignas de análise e de resgate. Afinal, família, infância e educação, mesmo que se inscrevam no texto enquanto metáforas, coexistem na organização social

⁸ Ibid., p.14.

⁹ Ibid., p.38.

¹⁰ BARTHES, op. cit., p.68.

¹¹ FOUCAULT, op. cit., In: *Prefácio*. Citação de José A. Bragança de Miranda e Antonio F. Cascais sobre *"Autobiography as de facement"* do escritor Paul de Man, p.15

e fragilizam-se quando suas contradições e conflitos são valorizados negativamente.

Retornando à afirmativa de Walter Benjamin a respeito da arte de contar histórias, chega-se, através de seu estudo, às razões pelas quais esta forma artesanal de comunicação no meio artesão chega ao seu final.

A extinção desse método narrativo tem como causa, o surgimento do romance. A transformação que se dá no ato de contar histórias ocorre no sentido ouvinte-leitor. Aqueles que se reuniam em frente à lareira, esquecidos de si mesmos no aconchego do calor, a ouvir uma voz sempre disposta a transformar em arte um fato cotidiano, encontram-se agora na solidão das leituras.

Assim, o romance, por estar vinculado ao livro, já não permite o diálogo imediato, somente possível na oralidade. Mas o narrador resistiu ao tempo e às transformações. E através da escritura busca no leitor um diálogo cultural. Enfim, talvez fosse oportuno ponderar também sobre a abrangência dessas comunicações, mas por ora interessa perceber o que transmite a escritura de **Infância**.

Antes porém, é importante que se observe pontos de contato entre a narrativa oral e a narrativa do romance. Veja-se, por exemplo, a parábola contada por Walter Benjamin¹² na qual um velho só revela o verdadeiro sentido do tesouro a seus filhos em seu leito de morte. A velhice respalda e concede autoridade para narrar experiências. Walter Benjamin, citando Georg Lukács sublinha:

" somente o romance (...) separa o sentido e a vida, e portanto, o essencial e o temporal; podemos quase dizer que toda ação interna do romance não é senão a luta

¹² BENJAMIN, op. cit., 114.

*contra o poder do tempo (...). Desse combate, (...) emergem experiências temporais autenticamente épicas: a esperança e a reminiscência (...). Somente no romance (...) ocorre uma reminiscência criadora, que atinge seu objeto e o transforma. (...). O sujeito só pode ultrapassar o dualismo da interioridade e da exterioridade quando percebe a unidade de toda a sua vida (...) na corrente vital do seu passado, resumida na reminiscência."*¹³

A narrativa de memórias de Graciliano Ramos não se distancia de tal regra. O adulto trabalha a reminiscência. Os fatos desobedecem aos seus limites quando lembrados, e com a proximidade da velhice resume o passado na lembrança transmitindo experiências através de sua escritura. Extrapolando os limites dos fatos, a vida é relatada secamente. O caráter ficcional grave não induz a questões metafísicas, mas, daquilo que absorveu com as experiências, seleciona sempre acontecimentos com os quais não está ligado pela cumplicidade.

Se a relação que domina ouvinte e narrador é o interesse em conservar aquilo que foi narrado, tanto quanto assegurar a possibilidade de sua "reprodução"¹⁴, resta questionar aqui sobre tal relação, observando agora uma narrativa de memória. Se a narrativa vinculada ao livro não admite respostas imediatas e lega ao leitor somente a escritura, concentra num único signo o seu convite para a reflexão sobre o sentido da vida, ou seja, a palavra **fim**¹⁵ traz no seu próprio reverso o início de um diálogo.

Infância também permite um diálogo. Este se estrutura sobre um *patchwork* constituído por fragmentos da memória. Capítulos independentes revelam um esforço de recuo na evocação de momentos passados. A narrativa

¹³ LUKÁCS, Georg. "Teoria do romance" apud Benjamin. In: *Magia e técnica. arte e política.*, p.212.

¹⁴ BENJAMIN, op. cit., p.210.

¹⁵ Id., *ibid.*, p.210.

memorialística alicerça-se sobre um recurso tradicional da narração literária. A *analepse*¹⁶ permite recuar no tempo pela evocação de momentos anteriores. Uma *retrospecção* que inverte a ordem cronológica dos acontecimentos. "*Talvez nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram.*"¹⁷

Este recuo, no entanto, na continuidade do discurso segue sem interrupção, embora o narrador intercale as seqüências retrospectivas com o presente. O tempo da narrativa transita, assim, entre o passado e o presente da enunciação, mas tendo neste último o eixo temporal a partir do qual os eventos se organizam. "*assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma.*"¹⁸ (grifo meu)

No fragmento imediatamente anterior a este, o narrador, ao evocar o espaço da infância, busca respaldo na confirmação de indivíduos que compartilharam com ele a presença do mesmo objeto. Para Maurice Hawbwachs¹⁹, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada.

Isso equivale dizer que o distanciamento do fato vivido gera alterações, modificações, e quando associado ao imaginário e poético poderá resultar numa ficção. Esse intervalo que há entre a experiência vivida e o momento do

¹⁶ NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. p.31. O autor define as anacronias baseado nas denominações dadas por Gerard Genette em "*Dicours du récit; essais de methode*". As anacronias são recursos tradicionais da narração literária entre as quais a *analepse* está inserida. Este recurso permite ao narrador recuar no tempo através da evocação de momentos anteriores. Dessa forma, a narrativa poderá desenvolver-se na ordem inversa à cronológica.

¹⁷ RAMOS, Graciliano. *Infância*. 22 ed. Rio de Janeiro: Record, 1986, p.9.

¹⁸ *Ibid.*, p.9.

¹⁹ HALBWACHS, op. cit., p.71.

relato gera um discurso de impressões. Imagens que embora pareçam límpidas já sofreram mudanças, na mesma medida em que a percepção do narrador adulto já sofreu deformações e transmutações.

Obviamente não se pretende colocar em questão a fragilidade da reconstrução da memória no tocante ao esquecimento. *"Freud nos diz que retiramos o traço, a marca já desfigurada por outras associações com que vamos recompondo/ recriando através dos sonhos e da arte o mundo redimensionado das vivências."*²⁰

O narrador reorganiza os acontecimentos e elabora o discurso segundo a sua perspectiva atual. Com a realidade colocada à distância, é possível que o fluir da imaginação gere momentos significativos de reflexão. O senso crítico do adulto poderá criar um outro "real" para aquilo que no momento é "sonho, nuvens e esboços". O que durante algum tempo caracterizou-se como inefável cristaliza-se em livro de memórias.

*"O livro é um segundo caminho, como o sonho, mas é sonho que dura, pois sendo legível, tem o poder de se repetir. Ao me representar eu me crio, ao me criar eu me repito. Donde a evidência de que a imaginação é tanto um instrumento de criação quanto da experiência interior, donde a necessidade de reconhecer que o imaginário é o motor do real, o que o movimenta."*²¹

O discurso, posto que é linguagem, obedece a uma linearidade e ordena suas representações em sucessão. A narrativa condicionada à linguagem constrói-se com frases finitas, mas o "tempo ficcional" cria a possibilidade de unir

²⁰ FREUD. Patologia da Vida Cotidiana. apud YUNES. Infância e memória: um enlace possível? In: *Revista Tempo Brasileiro*. v. 1. n° 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962, p.77.

²¹ HELD, Jacqueline. *O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica*. trad. Carlos Rizzi. São Paulo: Summus, 1980. p.18.

momentos que o "tempo real"²² separa. Todavia, a estrutura textual de *Infância*, por apresentar capítulos independentes, cria espaços ilusórios de interrupção na seqüência dos acontecimentos tal qual seria possível ocorrer no tempo real.

A "pessoa profunda"²³ da narrativa assume-se enquanto "eu", alternando-se ora num "eu criança", ora num "eu adulto". O narrador, que é sustentação das lembranças, cristaliza, através da "palavra literária", a voz reprimida do menino que persiste nele, e que tanto quanto na "rasura cayroliana"²⁴, também não busca apagar o que existe, nem criar o esquecimento sobre o que foi, mas muito ao contrário, preencher o vazio do tempo passado com algumas cores plenas, deixando passar sobre os furos da memória uma lembrança inventada".

Assim, o narrador distanciado desse tempo e desse espaço reorganiza durante a sua maturidade suas reminiscências. Teria construído um micro-universo se suas memórias não ultrapassassem aquilo que o sujeito assume como individual. Enquanto caminha em direção ao futuro, remonta, no presente, o passado centrado em fatos da infância. Um ato de resgate que vem desobedecer aos padrões nostálgicos da relembração. Um movimento de consciência que resulta na ruptura com o "mito da infância feliz". Um universo simbólico se constrói, e dentro do qual o narrador se assemelha a um *mnemon* que embora contemporâneo ainda toma para si a função de lembrar, não a um herói como ocorria na Grécia arcaica, mas a alguns segmentos da sociedade. O esquecimento aqui talvez não fosse fatal, mas com certeza conduziria à repetição e a um possível caos.

²² NUNES, op. cit., p.25.

²³ BARTHES, op. cit., p.197.

²⁴ *Ibid.*, p.197.

As considerações feitas por Jacques Le Goff²⁵ a respeito do *mnemon* vem caracterizá-lo enquanto instituição que "permite observar o aparecimento do direito, de uma função social da memória". O *mnemon* seria um indivíduo que mantém a lembrança do passado em função de uma decisão de justiça. O autor remete ainda à mitologia e sublinha que, tanto no mito quanto na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem tréguas com o intuito de lembrá-lo sempre de uma ordem divina cujo esquecimento lhe seria fatal.

O "*mnemon* contemporâneo" reconstitui o que foi conservado na consciência através da linguagem. A linguagem, "equivalente simbólica da ação", organiza a representação dos acontecimentos. Esta representação do passado individual projeta-se no leitor atual. Naquilo que "reverteu" ou até mesmo "estancou" pela identificação social e cultural que coloca em discussão.

A narrativa de memórias permite, então, que o narrador expresse a si mesmo. Este recurso narrativo, por apresentar a interioridade do protagonista, cria certa impressão de real, pois aquilo que está escrito corresponde aos fatos vivenciados por ele, enquanto personagem. Dessa forma, cada capítulo de *Infância* desenvolve e registra fatos que, de alguma maneira, resgatam momentos decisivos para a sua existência. Um monólogo narrativo que recupera um tempo já esgotado.

O leitor flui juntamente com a consciência deste narrador. Enquanto receptor que é, o leitor limita-se a formar idéia a respeito dos outros seres que povoam o texto, a partir de um único ponto de vista, o do narrador-protagonista. Este recupera a existência dos outros quando participam de acontecimentos que foram relevantes para a reconstrução da sua própria vida. E, na medida em que

²⁵ LE GOFF, op. cit., p.437.

constrói os outros personagens, revela também a si próprio.

O narrador-protagonista de *Infância*, pela sua posição limitada, não é onisciente. Os personagens são presentificados no texto não pelo que passa em suas mentes, mas por suas ações, pelo julgamento de um narrador que os materializa pela atribuição de características físicas, psicológicas, sociais e morais. Um centro fixo de percepção conserva o narrador dentro dos limites daquilo que sabe a sua própria personagem a respeito de si mesma e sobre os acontecimentos no qual esteve envolvida.

**Abreviações utilizadas nas citações das obras de
Graciliano Ramos:**

CA (Caetés) - romance (1933)

SB (São Bernardo) - romance (1934)

A (Angústia) - romance (1934)

VS (Vidas Secas) - romance (1938)

I (Infância) - memórias (1945)

MC (Memórias do Cárcere) - memórias (1953)

Quatro - A Infância no Memorialismo Brasileiro

Faz-se oportuno, neste momento, uma breve retrospectiva às origens do memorialismo brasileiro. A partir daí, será possível perceber no seu desenvolvimento certas inovações e o lugar que este gênero tem ocupado na literatura. Também será dado às memórias de infância de Graciliano Ramos o devido destaque neste contexto.

A princípio é importante remeter ao importante trabalho de Eliane Zagury¹ a respeito da evolução memorialística literária brasileira; sublinhar algumas de suas conclusões a respeito da matéria que, sem sombra de dúvida, iluminam de maneira objetiva a situação das obras de memória.

Do seu ponto de vista, a literatura memorialística tem sido pouco estudada por ser

" talvez vítima de um purismo esteticista que a tenha desdenhado, por estar mais próxima de suas motivações sociais e psicológicas que o fascinante produto de transformação que são a poesia, a ficção ou o teatro — não por outras razões ainda detentoras com exclusividade da denominação de grandes gêneros".²

As análises que têm como foco um texto memorialístico raramente se afastam da dolorosa trama das relações do texto com o referente. Este tipo de abordagem

¹ ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

² Id., *Ibid.*, p.14.

obstrui canais que poderiam sustentar as obras de memória no nível dos demais gêneros.

Uma outra razão para que a literatura memorial não seja observada em sua evolução está no fato de que cada obra publicada é sempre considerada um reinício do gênero, em função de se acreditar que sua matéria seja especialíssima. Assim, o memorialismo não obteve ainda um estudo evolutivo adequado e merecido. Situação observável inclusive nas “histórias da literatura” que, quando não ignoram este gênero, faz com que apareça como bibliografia acessória de um grande poeta ou romancista.

O estudo evolutivo das memórias auxiliaria na compreensão do fenômeno literário em geral, como também no brasileiro, em particular. No caso da análise que está sendo proposta, é importante sublinhar que o estudo evolutivo deste “subgênero literário” coloca em destaque a transformação do “motivo” infantil em “tema”. Dessa maneira, quando observadas as memórias que transitam do século XIX para o XX, revela-se que somente na década de 40 é que as memórias de infância passam a ser impor dentro do espaço literário. Um resgate da história do memorialismo brasileiro viria, ainda, romper com a concepção generalizada de veleidade pessoal do escritor e finalmente incluí-lo no devido lugar do “*corpus literário brasileiro*”.

As origens do memorialismo brasileiro podem ser resgatadas através dos textos de Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco, Medeiros e Albuquerque, Humberto de Campos, Graça Aranha, entre outros escritores. Nessa busca às origens, vale rever os caminhos inicialmente trilhados para a publicação dos primeiros textos memorialísticos: partes dos **Trechos de Minha Vida** de Visconde de Taunay têm sua publicação em periódicos no ano de 1892. **Minha Formação** de Joaquim Nabuco tem alguns de seus capítulos

publicados no *Commercio de São Paulo* em 1895. Ocorre que Joaquim Nabuco, após efetuar “emendas e variantes”, reúne os capítulos, acrescenta-os a outros e publica seu texto de memórias, na íntegra, em 1900. Visconde de Taunay, embora tenha deixado expresso, em documento, seu desejo de publicar suas memórias somente em 1943, os leitores puderam conhecê-la antecipadamente quando, em 1921, seu texto vem à luz por iniciativa de seus herdeiros.

Nos textos dos memorialistas mencionados, a análise pontua suas características, dando maior enfoque ao núcleo temático centrado na vida do autor; quando este coloca em confronto o “eu, objeto do passado, e o eu, sujeito presente”, incluindo aí suas relações com o meio.

Assim, é possível perceber em Visconde de Taunay, senador do Império, o desejo de transmitir uma emoção que pretende reviver, sem querer, no entanto, interferir no presente ou dar exemplos que sirvam para o futuro. Suas memórias pretendem a “perenidade estética no sentido da arte como eternidade relativa da vida.”³ De sua vocação para o relato da experiência pessoal, emerge o ponto fundamental para o surgimento da literatura memorial: seu discurso é alimentado pela “egolatria romântica” e dá ao próprio testemunho valor considerável. Soma-se a isso um grande poder de observação.

Seu texto é marcado também pela preocupação com o relato histórico-genealógico, no qual expõe seus antecedentes familiares, seus respectivos nomes, profissões e a maneira como vieram a se estabelecer no Brasil. No resgate que faz da infância, a memória sentimental dá o “clímax lírico” na tonalidade “ideal” do subgênero.

Por outro lado, o “desvario romântico anterior” é corrigido por uma “sisudez” que torna impraticável a

³ id., *ibid.*, p.22.

espontaneidade necessária para o fluxo mental, inerente ao discurso da memória.

O texto de Joaquim Nabuco, segundo a autora, apresenta intenção político-pedagógica quando tenta “inculcar” valores ideológicos. Para ele, a memória implica plenitude, pois se constitui em mais um complemento para o “conhecimento objetivo e absoluto do passado”. Suas memórias apresentam inovação no momento em que abandona certas convenções, aproximando a linguagem escrita da falada.

Medeiros e Albuquerque publica em 1933 *Minha Vida*, mas no ano de 1916 já possui concluída a parte cujo núcleo narrativo é a infância. Aí o tempo social da escola é o que predomina. Há que se destacar, no entanto, que “os fatos da vida adulta” interferem na “lembrança infantil” num resgate em que predomina a “perspectiva crítica do adulto”. Aliás, uma característica também observável em Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco. A preocupação com o aspecto cronológico é também evidente no texto, embora nem sempre consiga sustentá-la ao ceder em alguns momentos à memória involuntária. Emerge na narrativa a força antagônica do eu protagonista face à hipocrisia da humanidade. Conflito que marca seu texto pela “antiformação” em que a irreverência e o pessimismo contrapõem-se à “formação” de Joaquim Nabuco. Eliane Zagury observa em sua atitude literária o ponto evolutivo das memórias publicadas durante a transição dos dois séculos, ou seja, o “diletantismo” que nele já se pronuncia é responsável pelo descompromisso com qualquer outro objetivo que não seja o puro prazer da evocação. A partir deste ponto em que a memória surge sem intenções utilitárias é que se observa o embrião das futuras e mais profundas auto-análises do gênero.

Humberto de Campos contrasta com Joaquim Nabuco e Medeiros e Albuquerque ao apresentar um texto destituído de “propósitos pedagógicos” ou “prazer da evocação”. Faz surgir com **Memórias e Memórias Inacabadas** uma obra de maior amplitude. Embora sugira, no prefácio, uma leitura que considere o aspecto exemplar de experiências, problematiza esta proposta quando no decorrer de sua narrativa não se observa a intenção de projetar ensinamentos ou conceitos de moral. Não se propõe também a expor um eu “formado” ou “deformado”, mas galgando os degraus para uma futura “forma”.

Ao assumir literariamente a necessidade de “confessar publicamente suas faltas individuais”, faz girar o eixo principal da literatura de memória, além de gerar com isso um diálogo de maior intimidade com o leitor.

Predomina, em seu texto, a preocupação historiográfica, o que faz com que o protagonista só apareça no capítulo VI, dedicando os anteriores aos seus antecedentes e ao seu local de nascimento. Embora suas memórias tenham surgido no período em que o movimento modernista já considerasse a “descontinuidade” como característica tanto da poesia quanto da ficção, Humberto de Campos evita os “dados descontínuos da memória”, tentando sempre estruturar sua narrativa sobre o aspecto da continuidade. Aliás, a aceitação da descontinuidade como característica humana e sua conseqüente aceitação como elemento estético foi uma conquista do século XX, mas Humberto de Campos não tomou conhecimento disso. Permanecendo fiel a sua formação conservadora, deu ao seu texto, através da sucessividade narrativa, o aspecto cronológico.

Graça Aranha com **O Meu Próprio Romance**, publicado postumamente em 1931, assinala uma renovação mais profunda quanto à técnica narrativa do que Humberto

de Campos. No seu texto, o presente da composição mescla-se aos dados do passado através da intromissão freqüente do narrador adulto, num jogo de memória voluntária e involuntária que constrói uma narrativa com “superposições temporais” em que o sujeito da enunciação também analisa seus sentimentos, desejos e tendências. É importante destacar que já no título, no momento em que o admite enquanto romance de sua vida, Graça Aranha assume a deformação inerente à matéria memorial e admite também a imaginação como força necessária para mover tanto sua vida quanto seu ofício de escritor. Mas, tanto quanto os escritores anteriores, predomina em seu texto a perspectiva adulta, e a criança mais uma vez é projetada no texto segundo a sua visão crítica.

Com este estudo comparativo, percebe-se que o tecido narrativo de **Infância** condensa em si diferenças profundas entre a técnica de Graciliano Ramos e a dos memorialistas anteriores. O tema da infância será finalmente o núcleo narrativo predominante, sublinhando-se aí a posição estilística de Graciliano Ramos que, ao narrar a partir da perspectiva da criança, abandona a perspectiva adulta sobre o menino que foi, tal como ocorria com os seus precededores, e assim obtém resultados inovadores em sua narrativa de memórias. A exemplo disso, é importante destacar o fragmento no qual Buíque, ao ser descrita sob a ótica infantil, adquire a forma humana. Através do “antropomorfismo primário”, o memorialista desvencilha-se das indicações exageradamente precisas da geografia urbana. Recurso semelhante será observado neste trabalho, quando em páginas adiante, no momento da aprendizagem, o protagonista reifica as labiodentais “T” e “D”. Assim, antropomorfização e reificação parecem contribuir para que o narrador, ao “reassumir o espírito” da criança, dê à perspectiva infantil da narração resultados de “verossimilhança”.

“Buíque tinha a aparência de um corpo aleijado: o Largo da Feira formava o tronco; a Rua da Pedra e a Rua da Palha serviam de pernas, uma quase estirada, a outra curva, dando um passo, galgando um monte; a Rua da Cruz, onde ficava o cemitério velho, constituía o braço único, levantado; e a cabeça era a igreja, de torre fina, povoada de corujas. Nas virilhas, a casa de Seu José Galvão resplandecia, (...). Na coxa esquerda, isto é, no começo da Rua da Pedra, o açude da Penha .”

(I, p.49)

Remetendo a um fragmento de **Memórias do Cárcere**, a autora destaca de suas páginas o momento em que surge o projeto inicial de escrever **Infância**. Deste fragmento, observa também a intenção de denunciar os equívocos da educação nordestina. *“Na verdade a minha infância não devia ter sido muito melhor que a dele. Meu pai fora um violento padrasto, minha mãe parecia odiar-me, e a lembrança deles me instigava a fazer um livro a respeito da bárbara educação nordestina.”*

(MC, Vol. II, p.178)

Buscando aprofundar ainda mais as diferenças que gradativamente vão ocorrendo no desenvolvimento da literatura memorialística brasileira, vale observar em **Infância** a descontinuidade da memória. Alguns aspectos presentes na narrativa corroboram para esta conclusão: o primeiro adviria da técnica de composição utilizada por Graciliano Ramos, ou seja, os capítulos – contos publicados anteriormente, em periódicos –, quando reunidos aos outros, formando o livro, geram liberdade de leitura entre eles. Outro aspecto a ser observado é o abandono da rígida ordem cronológica dos fatos, bem como a despreocupação historiográfica e o desapego à lógica do discurso. Esta última, uma das técnicas amplamente

difundidas pelos modernistas, poderá ser observada em *Infância*, muito embora Graciliano Ramos tenha-se posicionado como antimodernista. A exemplo disso, vale rever o trecho no qual se percebe, na enumeração caótica, o traço estilístico característico de uma estética moderna:

“Ausentes os hóspedes e os passageiros, caíamos no ramerrão fastidioso. Os mesmos trabalhos de pega, ferra, ordenha; ferrolhos rangendo pela madrugada e ao escurecer; vozes ásperas, exigências curtas, ordens incompreensíveis. Por toda a parte despojos de animais: ossos branquejando nas veredas, caveiras de bois espetadas em estacas, couros espichados, malas de couro, surrões de couro, roupas de couro suspensas em tornos, chocalhos com badalos de chifre, montes de látegos, relhos, arreios, cabrestos de cabelo.”

(I, p.25)

Porém, não há em *Infância* “excessos de vanguardismo” ou “concessões à tradição literária”⁴. Contrapondo-se à nostalgia das lembranças, o protagonista-criança é tratado sem paternalismo e o narrador adulto restringe-se a ceder ao menino os sentimentos e as sensações que recorda de cada circunstância. A partir destas sensações primárias inerentes à percepção infantil, o tecido narrativo se faz através do “modelo binário” do bem/mal, afeto/desafeto, carinho/pancada, calor/frio, verão/inverno.

Nessa esteira da análise da evolução da memorialística brasileira, é importante remeter à crítica literária de Eduardo Portella⁵. Segundo o crítico, o século XIX brasileiro que, tanto quanto o século XIX ibero-americano, foi obedientemente francês, não seguiu a França

⁴ Id., *Ibid.*, p.129.

⁵ PORTELLA, Eduardo. *Problemática do memorialismo*. In: *Dimensões I. Crítica Literária*. RJ: J. Olympio, 1958.

no apego pelas memórias. Eduardo Portella considera **Minha Formação** de Joaquim Nabuco um caso “isolado” e “particularíssimo”, e afirma que após o livro do “patrono do memorialismo brasileiro” a literatura memorialística só chega a adquirir prestígio com Graciliano Ramos. Somente com a publicação de **Infância e Memórias do Cárcere**, o memorialismo torna-se um “gênero presente em nossa moderna literatura”⁶.

Essa reflexão leva a ponderar a respeito do lugar que tem ocupado a memorialística dentro da literatura brasileira e da necessidade de “redefinir” o papel das memórias no espaço literário. É necessário aprofundar-se em textos e contextualizá-los historicamente na tentativa de desfazer a idéia de memória costumeiramente imbricada à “veleidade pessoal do escritor”. Outro foco de reflexão importante é aquele no qual se percebe a transformação do motivo infantil em tema.

Indiscutivelmente, com Graciliano Ramos se deu essa transformação. Mas **Infância** bem poderia ir além dessa constatação. Suas memórias extrapolam o “mundo existencial e emocional” do próprio eu. Renova o relato memorialístico com proposições subliminares nas quais a criança se impõe dentro de um universo adulto indiferente a sua existência. E quando o narrador adulto deixa nascer a palavra, dá aos leitores não somente arte literária, como também material para a história social.

As lembranças, como já disse Maurice Blanchot⁷, são necessárias para serem esquecidas. Para que durante este período de esquecimento, na quietude de uma profunda metamorfose, uma palavra nasça. É neste ponto que

⁶ Id., *Ibid.*, p.193.

⁷ BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 83.

experiência significa contato com o ser e é deste contato que ocorre a renovação do eu.

As palavras que constroem o tecido narrativo de **Infância** resultam do exercício de memória do adulto. Neste distanciamento entre os fatos e o relato, é necessário considerar o tempo no qual ocorreu a profunda metamorfose. Este período, em que a experiência vivida é a protagonista da consciência do indivíduo, implica “movimento interior” e este possui seu correspondente no “eu interior”. Para Henri Bergson, como foi possível observar no início deste trabalho, este “eu” vive em extrema evolução, dinamismo e liberdade. Esta última é a que conduz à ação criadora, ou seja, o movimento interior que se dá através da consciência permite sempre que haja o acréscimo de algo novo, algo imprevisível. A tais acréscimos Henri Bergson nomeou de “evolução criadora”, termo que parece ter encontrado seu correspondente, em significado, no termo “renovação” utilizado por Maurice Blanchot. Ambos resultantes da meditação, da reflexão sobre experiências ulteriores no “silêncio da metamorfose”. Representando então um tempo definitivamente ausente, o memorialista, através da palavra literária, transforma, deforma, cria um texto e nos deixa a escritura.

Dessa forma, considerando neste “encontro com o tempo perdido” somente a escritura e a capacidade que ela possui de exceder a si própria, admite-se aí a ausência do escritor. Resta analisar então o performativo, e a partir deste ato pelo qual a enunciação se profere buscar o caráter “cíclico” do texto. Em outras palavras, ao final de sua leitura, qual reflexão o leitor foi levado a fazer? Entre algumas possibilidades, o texto de memória de Graciliano Ramos convida a permear a história social da criança.

Sem pretensões de aprofundar historicamente as questões relativas à infância, não me furto, no entanto, da

ousadia de dar alguns passos em direção à história, tentando buscar na origem da história da criança um ponto qualquer que justifique a situação da criança no início do século XX. Phillippe Ariès⁸ fazendo um estudo predominantemente iconográfico da história social da criança e da família, revela que na sociedade medieval inexistia o sentimento da infância. A palavra “sentimento”, segundo o autor, não deve ser entendida aqui, enquanto sinônimo de negligência ou abandono. Corresponde, isso sim, a uma consciência que não distingue a criança do adulto e que, em função disso, ela não é tratada de acordo com as particularidades inerentes a este período da vida. Por tal razão, no momento em que a criança já não necessita mais dos cuidados constantes da mãe, ela junta-se aos adultos sem se distinguir destes.

Havia, neste período, uma certa indiferença para com as crianças ainda muito pequenas. Estas não eram contabilizadas, nem consideradas, em razão da grande mortalidade. Dessa maneira, o adulto evitava o apego em demasia por “algo” que eventualmente perderia. No entanto, passado o período de grandes riscos, a criança passava a integrar imediatamente o mundo adulto.

Phillippe Ariès observa que somente nos séculos XVI e XVII passou a existir uma nova atitude em relação à criança. Neste período, a criança, por sua ingenuidade e graça, tornou-se fonte de “distração” e “relaxamento” dos adultos. Este tipo de atitude foi nomeado de **paparicação**. Contrapondo-se a este tipo de sentimento, no qual as crianças eram consideradas “passatempo” dos adultos, os moralistas e educadores do século XVII fazem surgir um outro sentimento, chamado de **exasperação**. Consideravam necessária a separação entre adultos e crianças. Sentimento que passará a inspirar toda a educação até o século XX.

⁸ ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*. trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

Portanto, toda a preocupação que envolvesse as particularidades da infância “não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral”⁹.

Buscava-se entender a mentalidade da criança para adaptar o seu nível aos métodos educativos e assim transformá-la em adulto honrado. Aliás, vale ressaltar aqui que esse tipo de preocupação existia fortemente também no século XVIII, quando Jean-Jacques Rousseau já elaborava o projeto que sustentaria a educação do Senhor de Saint-Marie, conforme será visto no capítulo 8 deste trabalho.

Enfim, o sentimento de **paparicação**, segundo Phillippe Ariès, surgiu no ambiente familiar e o sentimento de **exasperação** surgiu com os eclesiásticos, homens da lei e moralistas. Preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes, recusavam-se a considerar a criança enquanto “brinquedo”, mas como frágeis filhos de Deus que deveriam ser preservados e disciplinados.

No século XVIII portanto, além dos dois sentimentos anteriores, uma nova preocupação surgia no meio familiar: a higiene e a saúde física. A partir de então, a criança passou a ser o centro de atenção da família.

Este estudo, obviamente, possui como foco principal de observação a França. Mas a voz que se ouve em **Infância** é da criança que leva a refletir sobre a trajetória da infância no Brasil. Tanto quanto os meninos de **Vidas Secas**, a criança de **Infância** é sintomaticamente anônima. Assim, fala em nome de uma legião que foi silenciada pela história social brasileira. Penetrando na arte literária, esta legião roga pela revisão de uma jornada **marginal** vivida numa sociedade caracterizada por suas “contradições econômicas e culturais”.

⁹Id., Ibid., p.162.

Considerando, no entanto, que a literatura atinge um público extremamente restrito, e por essa razão permanece fora do alcance das grandes massas¹⁰; considerando, ainda, que a cultura massificada é dominada pelo rádio, televisão e histórias em quadrinhos; e que os valores impostos, além de questionáveis, também desviam a atenção das questões sociais mais graves, é bem possível que as vozes de **Infância** permaneçam sufocadas nas páginas do livro, esquecido nas estantes. Contudo, negar que específicos e insistentes resgates históricos e literários não contribuirão, no futuro, através de sua intermitência, com o momento no qual a criança brasileira terá garantida a sua existência sob a “condição de cidadãos com direitos e deveres”, implica negar aos incansáveis perseverantes a oportunidade de abandonar a pesada armadura, libertar Rocinante e despertar da condição quixotesca de viver sonhando.

Neste sentido busca-se, através do resgate literário, no qual serão incluídos alguns escritores contemporâneos de Graciliano Ramos, contemplar a história das “infâncias”. Para tanto, o cotejo diversificou-se nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

¹⁰ V. a respeito no texto de Antônio Cândido, “Literatura e subdesenvolvimento.” In: Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo: Ática, 1987.

Cinco - A Escola Primária de Graciliano Ramos e de seus Contemporâneos

Uma breve comparação entre a representação da infância feita por memorialistas brasileiros desvela certas práticas das escolas primárias do início do século XX. Seja por semelhanças ou diferenças, as práticas não se distinguem radicalmente entre as regiões do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil.

Considerando que entre as famílias deste período não era usual a manifestação de carinho às crianças, e que a “severidade beirando crueldade era considerada a maneira eficiente de educar os filhos”¹, supõe-se que a escola tenha se tornado o espaço de extensão do mesmo método.

O cotejo, no entanto, não pretende fechar questão sobre méritos e deméritos dessas práticas. Isto implicaria o “eterno retorno” ao polêmico “conceito de realidade”, quando na verdade as reminiscências não deixam de ser também matéria ficcional. O que se busca na representação das imagens reconstruídas é a coerência dos relatos, enfatizando práticas semelhantes, segundo a ordem da cultura vigente de escritores contemporâneos.

“Inventando” ou “invertendo”, os memorialistas deram especial relevo aos seus primeiros contatos com as palavras e com as leituras. Suas memórias geram pontes com a história e com a sociologia, atenuando assim seus

¹ D'INCAO, Maria Angela (org.) et al. Amor e Família no Brasil. In: **Representações do Amor e da Família**. São Paulo: Contexto, 1989, p.74.

limites com a literatura. E a aproximação entre os textos de reminiscências evidenciará que a dimensão dada ao universo infantil vem destacar o compromisso de alguns memorialistas com a seriedade que desempenha a educação na formação do indivíduo.

Considerando que a reconstrução da infância estrutura-se também sobre a aquisição do código lingüístico, quase em simultaneidade com as primeiras leituras, cabe aqui uma observação: a criança, durante a leitura de narrativas, busca seu ponto de identificação nas caracterizações externas das personagens. O fragmento extraído do texto de Maurice Halbwachs por Ecléa Bosi se faz oportuna aqui, por destacar a projeção infantil ilimitável no mundo ficcional quando

“A criança acredita que lhe bastaria portar as armas e as botas de um caçador ou o casquete de um oficial da Marinha para se identificar com um ou com outro, e possuir ao mesmo tempo as qualidades ideais que ela empresta a cada um deles.”²

No caso das memórias que serão abordadas, não estaremos diante de uma releitura³. A situação não é aquela na qual o adulto busca “reviver” com vigor semelhante a leitura efetuada na infância. O que ocorre é um resgate de sensações vivenciadas nas primeiras leituras, cujos efeitos demonstram a inexistência de um limite entre o real e a

² HALBWACHS. “Le cadres sociaux de la mémoire”. Apud BOSI. *Memória e sociedade*, p.21.

³ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.58. Segundo a concepção de Ecléa Bosi, no processo da releitura ocorreria a impossibilidade de o adulto reencontrar o mesmo tipo de emoção ocorrida no momento da primeira, quando ainda criança. O leitor adulto torna-se impossibilitado de revivê-la pelo fato de já ser possuidor de um senso crítico, o qual o leva a perceber a adequação da narrativa ao estágio mental da criança. Além disso, na medida em que o adulto vai se envolvendo “na vida prática”, vai distinguindo com maior nitidez “fantasia e realidade”. O adulto não se deterá sobre detalhes nos quais se deteve quando criança. Ele agora buscará pontos de identificação com o seu mundo social, observando “descrição de costumes”, “tipos humanos” e “instituições sociais”. Daí a impossibilidade de “reviver” as mesmas emoções. O que lhe resta agora é “re-fazer” a experiência da primeira leitura.

ficção para a criança. Justifica-se assim o fato de alguns memorialistas recordarem os momentos nos quais caracterizavam-se à semelhança das personagens de Alexandre Dumas, chegando mesmo a substituírem seus nomes pelos nomes dos quatro espadachins. Efeito semelhante causa também as personagens ou as invenções dos romances de aventuras de Júlio Verne.

Aqui torna-se importante sublinhar outro aspecto das memórias no momento em que pontos de contato entre elas e a autobiografia se evidenciam.

Georges May⁴, ponderando criticamente sobre a autobiografia na relação com seus escritores, observa que o direito de narrar sobre a existência privada restringe-se àqueles que têm existência pública. Somente estes garantem o interesse do público sobre um texto que, concebido na fase da maturidade, dá ao escritor a oportunidade de explicar e justificar tudo aquilo que o precede.

Tal ponderação parece válida também para o caso do gênero vizinho da autobiografia: as memórias. Quando se estuda memórias de infância de alguns escritores ligados à ficção literária, a reconstituição de momentos nos quais iniciam o contato com suas primeiras leituras torna-se imprescindível. Esta vem lançar luz sobre o germe de suas vocações e justificar assim sua permanência no campo das artes. Essas leituras geram o despertar para a ficção e uma sucessiva busca de novas obras literárias.

O tempo social da escola primária ocorre simultaneamente com o despertar literário. É o caso, por exemplo, de Cyro dos Anjos⁵ que entre “imagens que se acotovelam” e “lembranças que se enlaçam” reconstrói a

⁴ MAY, Georges. *La autobiografia*. trad. Danubio Torres Fierro. México: Breviários del Fondo da Cultura, Económico, 1982, p.36.

⁵ ANJOS, Cyro dos. *A menina do sobrado*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. Brasília: INL, 1979.

fase do ensino primário no colégio de freiras em Montes Claros, Minas Gerais. Tempo marcado pela presença de “Soeur Blandine”⁶ que, embora ensinasse a soletrar e contar com o auxílio de uma “talisca”, não sobrepujou a lembrança aprazível de mestra Eponina. Esta última responsável pelo reconhecimento do menino como um dos melhores alunos do Curso Froebel.

Ainda na fase de soletração, Cyro dos Anjos é presenteado, por seu pai, com o livro “O Menino da Mata do seu Cão Piloto”⁷. Inicia-se assim o desencadeamento do seu interesse pela ficção. Com a decifração das legendas ao pé de cada página, feita por “Eli”, sente sua imaginação aguçar com a presença das personagens.

O tempo social da escola e das leituras vai se dando gradativamente e imersões literárias vão marcando o tempo em que ainda freqüentava a escola primária. Cyro dos Anjos resgata a edição infantil dos *Lusíadas* e a história dos sete sábios da Grécia, presenteados por seu Xandu com o intuito de estimulá-lo nas leituras. Com seu interesse incessante, acaba por estabelecer um intercâmbio literário entre os companheiros que dividiam com ele o mesmo prazer. Isto lhe “assegurava a provisão regular”⁸ de romances de folhetim.

É dessa maneira que reconstitui os momentos de total absorção nas aventuras extraordinárias e inverossímeis de Rocamble⁹, personagem central dos romances de *Ponson du Terrail*. Na substituição seqüenciada dos autores, recorda os efeitos causado pelo romance histórico “Os Três Mosqueteiros”. Este romance, extrapolando o limite da ficção, faz com que os componentes do intercâmbio

⁶ Id., *Ibid.*, p.49.

⁷ Id., *Ibid.*, p.39.

⁸ Id., *Ibid.*, p.137.

⁹ NOVÍSSIMA DELTA LARROUSE. Enciclopédia e Dicionário. Vol. 8. Rio de Janeiro: Delta, 1981, p.1853.

encarnassem os valentes espadachins franceses e que, por algum tempo, se autodenominassem e se tratassem entre si pelos nomes dos mosqueteiros de Alexandre Dumas.

Na esteira do movimento romântico francês, Vitor Hugo fornece não só romance histórico como o de costume. Assim, “O Corcunda de Notre-Dame” e “Os Miseráveis” sucedem aos mosqueteiros que eventualmente cedem espaço aos românticos portugueses Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco ou aos brasileiros José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.

Um breve cotejo entre as preferências literárias da infância de Cyro dos Anjos e Graciliano Ramos levará a perceber que, em circunstâncias diversas, o interesse pela ficção brota quase sempre a partir da leitura dos mesmos autores e escolas literárias. Dessa forma, vê-se “O Menino da Mata e seu Cão Piloto” ser presenteado a Cyro dos Anjos e encontrado por Graciliano Ramos na loja de seu pai. Ainda na fase de soletração de ambos, o mesmo livro é lembrado enquanto possibilidade de sonho e evasão, e desperta com a mesma força o interesse pelo enredo e personagens.

Graciliano Ramos é também absorvido pelas peripécias de Rocambole. Mantendo o folhetim de *Ponson du Terrail* escondido dentro do Atlas, desliga-se das obrigações de sala de aula. Supria sua curiosidade geográfica da Europa acompanhando os caminhos percorridos pela personagem Rocambole. E, quando interrogado pelo mestre “Jovino Xavier”, utilizava-se das informações assimiladas durante tal leitura: *Não era exatamente o que desejavam. Em todo o caso fui ouvido. (...) O Mediterrâneo? Perfeitamente, a Córsega, a terra de Napoleão. (...) Napoleão se estrepou na campanha da Rússia, logo nas primeiras páginas de Rocambole.*

(I, p.225)

Assim, o Romantismo brasileiro concebido por Graciliano Ramos é também resgatado com a leitura da obra dos mesmos autores. Considerando o poder que a ficção exercia sobre esses dois escritores, transportando-os do mundo real para o mágico, percebe-se que é desses momentos que germinam suas vocações literárias.

As memórias de José Lins do Rego¹⁰ marcam o tempo social da escola sobre a dificuldade sentida durante o processo de ensino-aprendizagem. A complexidade deste processo adquire a dimensão de um “suplício” maior do que o sofrimento causado por seus acessos de asma.

Assim, reconstruindo essa fase, recupera a situação de mestre “João Cabral”, protegido do coronel, seu avô, que nada conseguiu lhe ensinar. Tia Naninha, percebendo suas deficiências, intervém, impondo-lhe lições e aplicando-lhe “piparotes”. O resultado apresentava-se nos olhos lacrimejantes, sem assimilação de conteúdo. Henrique foi o próximo a fracassar na mesma tentativa. Coube então às aulas particulares de Sinhá Gorda o sucesso de “desasná-lo” e de reverter sua afamada “burrice” entre os familiares.

Aqui, cabe sublinhar alguns pontos de identificação entre o processo pedagógico vivenciado por José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Observa-se, por exemplo, que o tempo da escola de ambos medeia a primeira década do século XX. Graciliano Ramos em movimento entre o estado de Alagoas e o sertão de Pernambuco; José Lins do Rego permanecendo neste último estado.

Dos seus textos de memórias, destaca-se a impressão particularmente causada por frases contidas na

¹⁰ REGO, José Lins do. *Meus verdes anos: memórias*. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980, cap.33, p.208.

última página da cartilha. Os preceitos destas frases, por não conduzirem a nenhuma aplicação concreta, por não observarem o estágio do desenvolvimento da criança, geram perturbação e não se esclarecem.

José Lins do Rego relembra, por exemplo, o momento de humilhação por ainda não conseguir lê-las, quando Eugênia facilmente as decifrava: *A preguiça é a chave da pobreza. Por que chora Francisquinho lá no fundo do quintal?*¹¹

Graciliano Ramos também recupera as frases da última página da cartilha. Relembra o momento de formação das palavras, observando os “conceitos sisudos”:

“A preguiça é a chave da pobreza — Quem não ouve conselhos raras vezes acerta (...)”

(I, p.109)

Tal qual ocorre com o menino Graciliano Ramos, o menino José Lins cria seu próprio método através da reificação das letras. Assim, busca correspondentes naquilo que faz parte do seu universo, no mundo referencial, e é dessa forma que a letra “m”, pelo excesso de pernas, passa a caracterizar um “embuá”¹².

Outro aspecto que vem aumentar as semelhanças entre os dois processos pedagógicos é o relato que faz José Lins sobre os métodos disciplinares. Embora ele não tenha experimentado as punições de modo efetivo, é através do avô que sabe da existência de um mestre negro na escola, cuja palmatória equivalia a uma “vara de condão”. E a aprendizagem só se efetivava por meio de surras e “bolos”. Enfim, as técnicas punitivas são as mesmas adotadas pelo

¹¹ Id., *Ibid.*, p.213.

¹² Id., *Ibid.*, p.215.

professor mestiço de Graciliano Ramos como se verá a seguir.

Já a memória da infância de José Américo de Almeida¹³ registra, no ato repetitivo da fala do menino, a predição de seu futuro enquanto escritor. Em freqüentes visitas aos vizinhos, estes, induzidos pelo irmão seminarista, quando indagavam sobre o futuro profissional do menino, obtinham sempre e sem titubear a resposta: “Homem de Letras”¹⁴.

Refazendo suas primeiras experiências com o processo de alfabetização, relembra a facilidade com que assimilava o código lingüístico. Isto é resgatado num processo comparativo entre ele e “Dondom”, aluna mais velha. Quando lhe era exigida a soletração de algumas palavras, a ortografia era corrigida imediatamente pelo menino José Américo: “Apesar da diferença de idade, passei-lhe alguns quinaus”¹⁵.

O aluno exemplar desponta nas memórias através do testemunho do padre Luiz Santiago que numa carta revela-se sabedor de seu interesse precoce por novas palavras e frases, além de seu comportamento irrepreensível. E entremeando as memórias da infância com as reflexões do homem adulto admite: *Eu não era tapado. Antes fosse: teria me livrado de tantas complicações no campo intelectual e na escalada política*¹⁶.

As complicações advindas do fato de interessar-se por leituras chegam, porém, antes de sua escalada intelectual e política. A curiosidade pelos acontecimentos

¹³ ALMEIDA, José Américo de. *Antes que me esqueça: memórias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

¹⁴ Id., *Ibid.*, p.53.

¹⁵ Id., *Ibid.*, p.53.

¹⁶ Id., *Ibid.*, p.54.

acerca do desentendimento entre maçonaria e clero leva o menino a introduzir, na casa paroquial de seu tio sacerdote, um jornal maçônico. Além da leitura interceptada, relembra o sofrimento causado pela surra aplicada: *“Tranquei-me no quarto e refletia. Por que me ensinaram a ler?”*¹⁷

Na memória do tempo social da escola, José Américo de Almeida faz predominar a prática punitiva dos professores, resgatando a severidade extrema com que eram tratados em classe, a “brutalidade”¹⁸ da palmatória e do castigo público.

O papel da leitura divide as lembranças de alguns memorialistas. Este é o momento no qual a literatura emerge como possibilidade de libertação. Jorge Amado¹⁹ resgata a ocasião na qual, sentindo-se encarcerado no internato dos Jesuítas, os textos indicados por padre Cabral lhe acenam como objetos de evasão. É dessa forma que “As Viagens de Gulliver”, através do mundo mágico dos liliputianos e Hoynnhnms, marcam o tempo social da escola, ao transformar-se em chave abstrata para “as portas da cadeia”²⁰ que representava o colégio interno.

Em Graciliano Ramos, a sensação de aprisionamento ocorre tanto na escola quanto na família. Proibido de rir, de se expressar, emitir opiniões ou brincar com os vizinhos, descobre na leitura de “O Menino da Mata e seu Cão Piloto” (I, p.213) a primeira possibilidade de libertação e de esquecimento do seu mundo real. Mas não foi tão bem sucedido quanto Jorge Amado quando a cultura religiosa de Emília lhe interdita o sonho do mundo ficcional.

¹⁷ Id.,Ibib., p.120.

¹⁸ Id.,Ibid., p.89.

¹⁹ AMADO, Jorge. *O menino grapiúna*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.

²⁰ Id., Ibid., p.103.

Guardadas as devidas proporções, padre Cabral equivaleria para Jorge Amado, pela responsabilidade das leituras, a Jerônimo Barreto para Graciliano Ramos. Mas padre Cabral garante, por sua “heresia”, certas mudanças dentro do processo pedagógico ortodoxo vigente na época de Jorge Amado. Embora o aspecto herético se limitasse à busca de novos caminhos para os métodos de ensino da língua portuguesa, implicava também atitudes polêmicas de rebeldia. No entanto, é justamente na quebra do sistema ortodoxo de ensino que o adulto Jorge Amado admite a origem dos atos criativos e o surgimento de novas idéias.

Neste ponto, é importante sublinhar com que diferença “Camões” é introduzido nas diferentes escolas. Enquanto Graciliano Ramos era compelido a “ler” Camões em manuscritos borrados na fase de alfabetização, padre Cabral declamava episódios da epopéia para a classe de Jorge Amado que relembra:

*“Em lugar de nos fazer analisar ‘Os Lusíadas’, tentando descobrir o sujeito oculto e dividir as orações, reduzindo o poema a complicado texto para as questões gramaticais, fazendo-nos odiar Camões, o padre Cabral, para o seu deleite e nosso encantamento, declamava para os alunos episódios da epopéia. (...) Lia igualmente a prosa de Garret, a de Herculano, cenas de Frei Luiz de Souza, trechos de Lendas e Narrativas. (...) despertava nossa sensibilidade, retirando-nos do poço da gramática portuguesa (cujas rígidas regras nada tinham a ver com a língua falada pelo povo brasileiro) para a sedução da literatura, das palavras vivas e atuantes ”.*²¹

Érico Veríssimo²² reconstrói o período de alfabetização indicando a ausência de dificuldades e punições extremas. Resgata, no entanto, uma frase do

²¹ Id., *Ibid.*, p.113.

²² VERÍSSIMO, Érico. *Solo de clarineta: memórias*. 8 ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

texto escolar na qual o rebuscamento sintático age como barreira à compreensão daquilo que lê: *Ó Pedro, que é do livro de capa verde que te deu o avô?*²³

Ainda na velhice, a interpelação feita a “Pedro” persiste de maneira intermitente na memória do ex-aprendiz do código lingüístico. Propõe então à frase uma alternativa que teria lhe dado, na época, entendimento suficiente para sua aplicação concreta. Assim, com a substituição e eliminação de alguns componentes da frase, simplifica: *Ó Érico, onde está o livro de capa verde?*²⁴

Ao resgatar suas primeiras leituras, Érico Veríssimo também justifica sua vocação literária. A revista carioca “Tico-Tico”, por exemplo, dá a certeza “de que suas estórias muito contribuíram para a semente de ficcionista que dormia nas terras interiores do menino”²⁵.

“Tico-Tico” age também como impulsionadora de novas leituras como a do romance de capa e espada **Os Três Mosqueteiros**. Envolve-se assim, cada vez mais, na busca constante de folhetins onde, entre tantos heróis “larápios e simpáticos”, figura outra vez **Rocamble de Ponson du Terrail**.

Sua história de leituras é dividida pelo que considera uma de suas maiores descobertas literárias. Júlio Verne contribui para a transformação dos objetos de seu mundo real em invenções contidas nos romances que lê. Dessa forma, a “nespereira” do seu quintal ou o sofá da varanda figuram como **A Casa a Vapor**. Durante as leituras de **Cinco Semanas em Balão e Vinte Mil Léguas Submarinas**, a ameixeira ora desempenha o papel de aerostato, ora de submarino do Capitão Nemo, respectivamente.

²³ Id., *Ibid.*, p.86.

²⁴ Id., *Ibid.*, p.86.

²⁵ Id., *Ibid.*, p.66.

Os heróis de folhetim não chegavam ao menino Érico somente através das leituras. Era já na infância um assíduo freqüentador de cinema. A França distribuía filmes de aventuras, entre os quais **Os Três Mosqueteiros** que, com força semelhante àquela transmitida pelo romance lido por Cyro do Anjos, leva o garoto a caracterizar-se e a autodenominar-se como um dos espadachins.

Mas é a partir de Júlio Verne que se desencadeia a sucessiva descoberta das escolas literárias. E o Realismo brasileiro desvela-se através de Afrânio Peixoto, Coelho Neto, Afonso Arinos e Aluizio de Azevedo. O Romantismo, tal qual ocorre com Graciliano Ramos, vem com José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. Daí constrói-se a ponte para as escolas literárias de Portugal e da França, onde Eça de Queiroz e Émile Zola ganham a preferência.

Vale observar que as descobertas feitas por esses memorialistas não se restringem à literatura. A participação e organização de jornais fazem parte de seus cotidianos. Érico Veríssimo organiza e escreve para o jornal do colégio interno "Pindorama". Cyro dos Anjos funda com os amigos da escola o "O Civilista", e de forma semelhante Graciliano participa do "Dilúculo".

Cabe dar destaque agora à obra de Joaquim Nabuco, que inicia com **Minha Formação**²⁶, no ano de 1895, o memorialismo literário brasileiro. No cenário nacional destacou-se como "um dos maiores escritores, intelectuais e pensadores políticos (...) do século XIX"²⁷. Politicamente engajado na campanha pela abolição dos escravos, tornou-se um dos responsáveis diretos por seu êxito.

²⁶ NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. 1 ed. Porto Alegre: Paraula, 1995.

²⁷ COSTA. Introdução a Nabuco, Joaquim. In: *Minha Formação*. 1 ed., vii.

Em **Minha Formação**, nos capítulos em que dedica à sua infância, Joaquim Nabuco evoca a presença mágica da madrinha que o criou até os oito anos. Mulher que, através do “condão” da generosidade, transformava o ambiente escravocrata no qual se desenvolvia o menino, num espaço predominantemente harmonioso.

Quando adulto, relembra essa coexistência pacífica e terna, a relação com os escravos que mantinham no engenho de cana-de-açúcar de sua madrinha, em Pernambuco.

Nos capítulos sobre sua infância, não evoca a escola ou as leituras, mas o episódio em que descobre sua vocação política. Quando um “jovem negro” surge diante do menino suplicando-lhe que intermedie sua compra junto à madrinha, faz despontar nele mais do que a possibilidade de livrar um só negro dos maltratos de seu dono. Adulto, percebe que o problema dos negros foi o fator decisivo para sua vida futura: *a escravidão para mim cabe toda em um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão; que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida.*²⁸

A vocação herdada do pai, que já militava contrariamente ao tráfico de negros africanos, evidenciar-se-á na vida adulta de Joaquim Nabuco, quando empenhar-se-á profundamente na luta pela abolição dos escravos. A memória recupera também um dos discursos proferidos pelo pai, em 1853 na Câmara dos Deputados. Este recuo permite-lhe exaltar não só a eloquência e o poder de persuasão do pai, como também resgatar a repercussão das idéias ali contidas: responsáveis diretas pelo futuro desempenho no cenário político enquanto Ministro da Justiça do Império.

²⁸ Id., *Ibib.*, p.153.

Parece evidente que os livros de memórias têm reservado um espaço para que os escritores revelem aí o despertar de sua vocação ou a herança desta. Graciliano Ramos, por exemplo, desperta para a ficção com as narrativas orais de D. Agnelina, mas herda a “vocação para as coisas inúteis” (I, p.21) do avô materno. Ele busca no paciente exercício de fabricar urupemas e no minucioso entrelaçamento das fibras o ponto de identificação entre o trabalho artesanal do avô e o seu trabalho com as palavras.

Sem exaltar essa herança, pondera sobre o procedimento dos dois ofícios e observa a “obstinação concentrada” exigida para o exercício do artesão e do escritor que elimina o ruído perturbador dos “fatos exteriores” (I,p.22), levando ambos a gastar uma “eternidade no arranjo de ninharias que se combinam, resultam na obra tormentosa e falha” (I, p.22).

Por sua vez, a narrativa memorialística de Joaquim Nabuco imprime a tonalidade nostálgica das recordações. Estas não evocam dores, nem sofrimentos causados por adultos dominadores. Pelo contrário, a nostalgia é gerada em função da ausência destes adultos com os quais conviveu.

Retomando o papel fundamental das leituras na infância, é importante sublinhar que a criança, enquanto leitora ou ouvinte de narrativas infantis, fixa sua atenção sobre pontos que, muitas vezes, passam despercebidos aos adultos. A razão que os conduzem aos diferentes focos de atenção decorre do fato de que durante as leituras busca-se pontos de identificação com o meio social e referencial no qual estão inseridos. Daí, a impossibilidade de reviver a mesma emoção num “processo de releitura”.

Os animais, por exemplo, exercem grande poder de atração sobre as crianças leitoras. Poder semelhante

possuem personagens crianças, abandonadas ou perdidas numa floresta. A criança possui a capacidade ilimitada de projetar exteriormente as imagens percebidas e elaboradas a partir dos contos infantis. A percepção impregnada de lembranças permanece na consciência do indivíduo. E o papel teórico da consciência na percepção exterior, segundo Henri Bergson²⁹, seria o de ligar entre si, através do fio contínuo da memória, visões instantâneas do real.

Ao que parece, a teoria bergsoniana se aplicaria adequadamente também no caso do memorialista Vivaldi Moreira. Suas memórias revelam um prolongamento do mundo ficcional de sua infância na sua vida adulta. Percebendo que, para o menino que ele foi, a fronteira entre fantasia e realidade não limitou sua projeção no personagem do conto infantil, sublinha quando adulto o poder do imaginário da criança. Prioriza na vida real o mesmo universo fantástico no qual foi introduzida Alice, por seu criador Lewis Carrol. No entanto, não se nega a crescer como Peter Pan de J. M. Barrie. Sem transformar o mundo ficcional em espaço de alienação, busca nele a substância poderosa que lhe fornecerá o fio da meada a partir do qual representará sua existência.

Embora seja advertido³⁰ pela filha de estar cometendo plágio, não se constrange com esta possibilidade ao atribuir o título de “O Menino da Mata e seu Cão Piloto” ao seu livro de memórias. A razão que o leva a “parafrasear” o título do conto infantil surge no momento em que, ao evocar o passado, só lhe “afluem à mente (...) um menino e um cão”³¹. Quando criança projetava-se prazerosamente no seu mundo exterior representando o personagem do “Menino da Mata” e ampliava esta projeção

²⁹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. op. cit., p.52.

³⁰ MOREIRA, Vivaldi. “O menino da mata e seu cão piloto.” In: *Memórias sincopadas*. I. Oficial. Belo Horizonte, 1981, p.16.

³¹ Id., *Ibid.*, p.18.

estendendo-a ao seu cão Lóide, que se identificava com o “Cão Piloto” pela fidelidade e companheirismo.

Este livro, narrado com freqüência pela mãe do menino, marca o tempo não só da narrativa oral de Vivaldi Moreira como também das primeiras leituras de Graciliano Ramos e Cyro dos Anjos.

Através de Vivaldi Moreira, tem-se a oportunidade de chegar à síntese do enredo do livro de contos infantis que mereceu por parte de Graciliano Ramos o nome de um dos capítulos de *Infância*. Torna-se relevante aqui extrair o fragmento do texto de Vivaldi Moreira no qual certamente os meninos de “sua geração para trás” encontraram elementos suficientes para sentirem aguçar os seus interesses pela ficção.

“Eram sete os irmãos de Guilherme, o mais moço, filhos de um lenhador chamado Antônio, já viúvo. Aconteceu, porém; o pior. Enquanto o pai rachava lenha, uma árvore tombou sobre ele e logo sobreveio a morte. O caçula ficou ao desamparo, entregue aos cuidados dos maiores, já robustos e capazes de sobreviver. Incomodava-os a sobrecarga de Guilherme, que, entre muitas outras peripécias, receavam denunciasse ele as estrepolias dos irmãos mais velhos caçando os veados do rei. Concertaram entre si, após discutir várias hipóteses, deixá-lo perdido na floresta, a três dias de viagem, em vez de matá-lo simplesmente. E assim foi feito. O pobrezinho, vencido pelo cansaço, dormiu. Os irmãos, vendo-o tranqüilamente adormecido, escafederam-se. O menino, perdido no bosque e receando passar a noite naquela solidão, ouve o estrépito de pés como os de uma fera. Correu, caiu e desmaiou. Quando acordou, viu que estava a seu lado o fiel Piloto. Aconteceram sucessivos e singelos episódios até atingir a casa de uma velha,

desprezada há decênios pelo pai de Guilherme que lhe narra a história e se reconhecem avó e neto. ”³²

Anos mais tarde os irmãos mais velhos batem à porta do caçula, famintos e rasgados, suplicando a ajuda dele que se transformara num homem “bem afazendado”.

Vivaldi Moreira, sem ter tido a glória do reconhecimento literário, retira daí a lição de moral da maldade compensada com a bondade do menino que não se vinga, mas perdoa os irmãos que o abandonaram. Para Graciliano Ramos, no entanto, a leitura de “O Menino da Mata e seu Cão Piloto” interceptada por Emília desvela um dos aspectos repressores do seu ambiente cultural. Enfim, a interdição do mundo ficcional restringe-o momentaneamente ao mundo real que, impregnado da mística religiosa, nega-lhe a oportunidade da evasão.

Quando a análise conduz a comparações entre infâncias de memorialistas contemporâneos, distinguindo e aproximando certas práticas pedagógicas, ou quando, observado o tempo social da escola, este aponta para o exercício da leitura como única forma de libertação das rígidas regras impostas, representam-se literariamente aspectos culturais em vigência num tempo ulterior. No período em que se desenvolve a infância desses meninos leitores, a busca constante por livros assinala uma atitude bastante rara entre a população brasileira. Remete, em certa medida, aos “problemas de circulação e leitura de obras literárias”³³ que datam do período colonial e se estendem até nossos dias.

No momento em que a análise direciona-se para obra de Graciliano Ramos, em conjunto, os resultados certamente poderão atingir alto grau de diversidade, mas

³² Id., *Ibid.*, p.18.

³³ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 7

trilhará inevitavelmente por aspectos sociais e históricos que sua literatura desvela.

Seis - Infância na Obra de Graciliano Ramos

Antonio Candido¹ adverte o leitor sobre a necessidade de “aparelhar-se do espírito de jornada” no momento em que o objetivo é ler a obra de Graciliano Ramos, em conjunto. Nesta jornada, o leitor atento perceberá o desdobramento das etapas pelas quais passam o exercício do escritor. Um percurso que, se observada a ordem de composição das obras, sublinhará uma história literária iniciada pela narração de costumes e finalizada com a confissão.

Sem diversificar excessivamente a sua maneira de escrever, Graciliano Ramos conduz o leitor a espaços geográficos que vão do rural ao urbano. E, oriundos destes espaços, uma gama variada de personagens brotam em seus textos. Através de “fazendeiros e vaqueiros, empregados e funcionários, políticos e vagabundos”², o leitor penetrará nas diversas variações da humanidade.

Essa análise, atrelada à cronologia da composição, extrai de *Caetés*, obra inaugural, o exercício da técnica literária de Graciliano Ramos. Um “deliberado preâmbulo”, diz o crítico, onde já é possível observar a escrita apurada, “equilíbrio do plano” e a “ginástica intelectual”³. Por essa razão, *Caetés* contém um tipo de receita para uma técnica literária que se desenvolverá com maior profundidade nas obras posteriores.

¹ CANDIDO, Antonio. *Ficção e Confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. In: *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, p.13.

² Id., *Ibid.*, p.13.

³ Id., *Ibid.*, p.14.

Os diálogos, as descrições e a notação de costumes envolvem Caetés numa atmosfera “pós-naturalista” que, ao expor fatos cotidianos e “anti-heróicos”, se contrapõe aos dramas dos naturalistas da primeira geração. Neste romance, Graciliano desenvolve uma técnica na construção de personagens a partir da análise da forma corporal, comportamentos e “caracterizações somáticas”. Assim, as personagens passam a se distinguir por uma fisionomia, por um tique humano, mãos, olhos, barbas, entre tantas outras características humanas.

Vale observar que, em *Caetés*, a sua maneira peculiar de expressão já se imprime. Sua tendência para a brevidade, síntese e economia de palavras se confirmará nos livros seqüentes. Esboça-se então o perfil literário do novo romancista que, eliminando o que não julga essencial, distingue-se pelo seu próprio estilo. E estilo, segundo Otto Maria Carpeaux⁴, “é escolha entre o que deve ficar na página escrita e o que deve ser omitido; entre o que deve perecer e o que deve sobreviver”. *Caetés* também já revela indícios de uma concepção de romance construída sobre o desencantamento humano envolvido por uma atmosfera de “ironia impiedosa”.

Antes de sublinhar alguns aspectos estruturais das narrativas de Graciliano Ramos, é importante remeter à análise que faz Vladimir Propp⁵ dos contos populares. Segundo o autor, estes contos constroem-se a partir de um núcleo simples: “o herói sofre um dano ou tem uma carência, e as tentativas de recuperação do dano ou de superação da carência constituem o corpo da narrativa”.

Admitindo a proposição de Vladimir Propp, ao retomar *Caetés* observa-se que o núcleo em torno do qual a

⁴ CARPEAUX. Posfácio a Ramos, Graciliano. In: *Angústia*. 32. ed., p.239.

⁵ PROPP, Vladimir. Morfologia del cuento apud LAFETÁ. In: *Posfácio a Ramos, Graciliano*. São Bernardo.

narrativa se constrói sustenta-se sobre a carência que João Valério tem de escrever um livro. Mas o que irá constituir a narrativa não é a superação desta carência, e sim a impossibilidade de preenchê-la.

Assim, na medida em que o protagonista narra sobre a feitura do livro, vai gradativamente construindo um outro. Este segundo é o que interdita a feitura do primeiro e o que justifica a razão pela qual a obra permanece inacabada.

João Valério, guarda-livros da firma de Adrião Tavares, vive às voltas com a escritura de um livro que teria como enredo o fato histórico no qual o bispo Sardinha é devorado por índios canibais. No entanto, a vida pacata da cidade do interior leva-o a freqüentar as costumeiras reuniões na casa de seu patrão. Neste ponto inicia-se a dificuldade de superar a carência da escritura do livro, pois os contatos freqüentes com Luísa, esposa de Adrião Tavares, resulta num fatídico envolvimento amoroso. Esta, oferecendo resistência a princípio, acaba por corresponder aos desejos de João Valério. Uma carta anônima vem revelar o caso ao patrão, que comete suicídio. Antes de morrer, no entanto, ainda duvidoso quanto ao adultério, perdoa João Valério, que não casa com Luísa mas torna-se sócio da firma.

A narrativa em primeira pessoa faz emergir João Valério através da técnica do devaneio. Esta não lhe permite acesso ao estado mental daqueles que lhe rodeiam, e assim os fatos são narrados a partir de um único eixo: seus pensamentos e sentimentos. Seus devaneios é que levarão o leitor a perceber o momento em que substitui um objeto de carência por outro. Da feitura do livro ao desejo de Luísa, ocorrerá a substituição que germinará o segundo núcleo da narrativa:

“Para que mexer em Caetés, uma horda de brutos que outros brutos varreram há séculos?”

Só Luísa me preocupava. Desejei-a dois meses com uma intensidade que hoje me espanta”. (CA,p.139)

Em **São Bernardo** é possível observar três núcleos. O primeiro aparentemente independente dos dois que o seguem, mas estes fatalmente ligados entre si por dependerem do primeiro para se efetivarem. No primeiro, o narrador, em linguagem clara e direta, leva o leitor a conhecer seu objeto de carência: a feitura de um livro. Em seguida expõe as dificuldades para o preenchimento desta lacuna: os conhecimentos literários do narrador restringem-se à “escrituração mercantil” e aos “manuais de agricultura e pecuária”. Na tentativa de superar esta carência, envolve amigos que julga mais competentes do que ele na composição literária. No entanto, não concordando com o texto apresentado por Godim, desiste de compor o livro.

Tempos depois, retoma a escritura superando a carência através dos seus rudes conhecimentos. Passa então a expor o processo de composição: o que omitirá, as repetições que poderão ocorrer, as expressões técnicas que possivelmente surgirão. É nessa medida que, ao narrar sobre como irá construí-lo e a razão que o leva a escrever, já está dando corpo à narrativa. Neste tece e destece, a teia passa a tomar forma.

“Não pretendo bancar escritor. É tarde demais para mudar de profissão (...)

— *Então para que escreve?*

— *Sei lá!*

O pior é que estraguei diversas folhas e ainda não principiei.” (SB, p.11)

O monólogo interior, na verdade, constitui parte do “metaromance” que tem o objetivo de contar a própria história do narrador. Esta traz implícita um segundo núcleo para a narrativa: o obstinado desejo de Paulo Honório em tornar-se o fazendeiro de São Bernardo. Revelando a superação desta carência, Paulo Honório traz à tona as recordações de seu passado. Expõe, a partir daí, suas origens ignoradas, seu trabalho como guia de cego, vendedor de doces, trabalhador alugado, o período de prisão no qual aprendera a ler e os métodos empregados para apossar-se de São Bernardo.

O terceiro núcleo decorre deste segundo, no qual, após tornar-se fazendeiro e gozar de estabilidade financeira, Paulo Honório sente a necessidade de ter um filho para herdar os bens que conquistara. Esta carência é preenchida por intermédio de Madalena que se torna sua esposa e concebe o filho almejado. A partir daí, o que constituirá o corpo principal da narrativa é o ponto de tensão entre a personagem Madalena e o narrador-protagonista. Ela, caracterizada sob a feição da “bondade” e de “bons propósitos”, será a personagem antagônica de Paulo Honório pela sua “brutalidade” e seu “egoísmo”. Ele, dominador, extremamente ciumento e obstinado, leva Madalena ao suicídio.

Este terceiro núcleo evidencia ainda que é a constante lembrança de Madalena que o leva a escrever o livro. Abandonado pelos amigos e sentindo a falta da esposa, transforma-se no homem solitário que já não vê motivo para empenhar-se como antes nos trabalhos da fazenda. Sem ter com o que se entreter, a insônia revela-se torturante. No período noturno, tal qual as corujas, permanece alerta. Nestes momentos, vela o passado “acordando lembranças”, que só tomarão forma a partir de sua escritura.

Angústia vai tomando distância na experimentação da técnica narrativa. Embora aí também esteja presente a idéia de escrever um livro, não é esse o motor do enredo. O que lhe movimenta é a carência de Luís da Silva por Marina. Quando a superação desta carência torna-se frustrada, outro objetivo o substitui, o assassinato de Julião Tavares.

Tanto quanto em **Caetés**, uma carência é substituída por outra. A diferença é que em **Caetés** esta substituição conta com o consentimento do narrador. Fato que não ocorre em **Angústia**. Pois é justamente a inconformação gerada pela rejeição da vizinha que impede a superação de seu objetivo. A rejeição vem acompanhada pela presença de Julião Tavares, personagem cuja situação econômica razoável contrasta com a miserável condição de Luís da Silva. E embora o ato de eliminar Julião Tavares, com quem Marina se envolve, não a devolva ao narrador é o que gera um segundo núcleo para o enredo.

Se em **Caetés**, João Valério expunha a si mesmo e os outros personagem através de seus devaneios, **Angústia** deslizará destes para o profundo "monólogo interior" de Luís da Silva. E esta técnica, amplamente empregada nos romances do século XX⁶, dará a Luís da Silva a oportunidade de emergir no texto, pelo fluxo ininterrupto de pensamentos e lembranças do passado.

O estado febril do narrador, ao final do romance, une-se ao início da narrativa, quando em estado de convalescença. Durante seu frágil estado de restabelecimento passa a rememorar os episódios. À medida que narra, expõe a deformação mental desencadeada com a paixão obsessiva pela vizinha. A idéia de possuí-la toma as dimensões doentias da perseguição. Assim, o revisor de

⁶ LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *O Foco Narrativo ou A Polêmica em torno da ilusão*. 4 ed. São Paulo: Ática, série Principios, 1989, p.66.

jornal, preso a uma vida solitária, punindo-se com uma desmesurada autocrítica, embora tão fracassado quanto João Valério, deste se distingue por não aquiescer as frustrações. Mas aproxima-se de Paulo Honório pela capacidade de determinação. Obstinação que o transforma num homicida.

“Bem e mal ainda não existiam, (...)” (I, p.21) diz o narrador de *Infância* reportando-se ao passado. Esses conceitos sobre os quais a criança ainda não tomara consciência permeia as atitudes dos protagonistas adultos de *Caetés*, *São Bernardo* e *Angústia*. Sob aparente inocuidade, os atos de João Valério, Paulo Honório e Luís da Silva é que desencadeiam a trama das narrativas. E, embora seus procedimentos sejam responsáveis pelos suicídios e pelo homicídio, as questões inerentes a moral não se aprofundam nas suas introspecções. Seus próprios interesses determinam suas ações sem preocupações solidárias ou humanas. A insensibilidade do caráter humano se evidencia nas falas de João Valério, Paulo Honório e Luís da Silva, respectivamente:

“A lembrança da morte de Adrião pouco a pouco se desvaneceu no meu espírito. Afinal não me devo afligir por uma coisa que não pude evitar. A minha culpa não é grande, pois estão vivos numerosos homens que certas infidelidades molesta. Eu sou incapaz de sofrer por muito tempo.”

(CA,220)

“Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos (...) Para que enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu.”

(SB,187)

“Todos os dias nasce gente, morre gente. Isso não tem importância.”

(A,218)

Vale observar que todos os três livros são narrados em primeira pessoa e que os protagonistas distinguem-se por suas caracterizações psicológicas. Todos representam uma experiência individual na qual o caráter humano é o que está por ser desvelado. A vida interior desses protagonistas é o que estrutura os textos e, se fosse possível examinar a oscilação de suas sensibilidades sob a ótica de um gráfico visual, João Valério permaneceria numa linha estável. A incapacidade de satisfazer suas carências determina-lhe o caráter desprovido de força interior, de emoção e de vontade necessárias para mover o moinho de sua vida. Permanecendo nessa frequência estática, o suicídio de Adrião Tavares vem contribuir para a sensação de impunidade resultante de seus atos.

Paulo Honório distingue-se de João Valério pelo caráter obstinado, e neste gráfico ele ascende pela força instintiva que o leva a “adquirir” as terras. Sua ascensão só encontra barreira quando a carência é a manutenção do casamento segundo suas regras. Estas, quando irremediavelmente negadas pelo suicídio de Madalena, deixam-no desorientado. No entanto, seu caráter obstinado sobrepõe-se ao tormento da solidão para recompor-se e iniciar a escritura de suas memórias através de seu escasso conhecimento literário. Vislumbra-se, porém, certa oscilação quanto à sensibilidade.

“Cinquenta anos perdidos, cinquenta anos gastos sem objetivo, a maltratar-me e a maltratar os outros.”

(SB,181)

Mas isto é apenas um “arranhão” na “sensibilidade embotada” de Paulo Honório que logo em seguida sai da oscilação para retornar ao embrutecimento.

“Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além.”

(SB,187)

As ações de Luís da Silva resvalam também para a sensação de impunidade, e num gráfico, bem se poderia perceber indícios de oscilação na sua faculdade de sentir. Mas há que se considerar a desordem mental do protagonista. A mente deformada pela obsessão doentia até permite que aflore certo “embotamento de sensibilidade”. No seu caso, no entanto, não há retorno ao embrutecimento; ele permanece numa freqüência nivelada onde não se verifica “rasgos de sensibilidade”. Apenas a constatação de seus sentimentos segundo a “ordem” de lembranças que fluem num depoimento psicanalítico.

“Marina era instrumento e merecia compaixão. D. Adélia era instrumento e merecia compaixão. Julião Tavares era também instrumento, mas não tive pena dele.”

(A,145)

Marina, D. Adélia e Julião Tavares representam para Luís da Silva a compaixão que lhe aprofunda a infelicidade. Constituem-se, por isso, em instrumentos sobre os quais Luís da Silva impingirá o resultado de suas frustrações. Tornam-se, assim, vítimas de um “processo psicológico” que chega ao seu clímax com o ciúme angustiante desenvolvido pelo protagonista.

Em São Bernardo, numa das avaliações finais que faz de sua própria vida, Paulo Honório pensa que poderia

ter evitado a situação de conflito na qual se encontra ao dizer que:

“Se houvesse continuado a arear o tacho da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco ”.

(SB,183)

As personagens de **Vidas Secas** materializam, em parte, esse desejo de Paulo Honório. No entanto, o fato de existir, falando e pensando pouco, não lhes afasta o sofrimento. Em determinadas ocasiões em que pensar se faz necessário, a dificuldade deste processo mental é o que causa a inquietação de Fabiano. Dessa maneira, se o mínimo de conhecimento adquirido por Paulo Honório é o que lhe dá a capacidade de raciocínio responsável por seu conflito e sofrimento, a falta desta capacidade é o que constitui, em diversos momentos, o ponto de tensão entre Fabiano e as situações nas quais se envolve. A ausência desta capacidade não vem atenuar o sofrimento dos sobreviventes do fenômeno da seca nordestina.

Em socorro de personagens, cujo único meio de expressão encerra sons guturais e gestos, surge um narrador em terceira pessoa. Este, por meio de sua onisciência, revela seus pensamentos, sonhos, fantasias, desejos e sentimentos. Sua onipresença lhe permite acompanhar Fabiano e sua família através do espaço físico rude e inclemente do sertão do nordeste.

Diferentemente dos três livros anteriores, **Vidas Secas** é um romance que se constrói a partir da soma de vários contos. Estes contêm núcleos que expõem individualmente e em conjunto a situação da família de retirantes. E assim permitem que se perceba o objeto de carência de cada personagem e da família reunida,

compondo uma galeria de quadros cujo tema unificador é a manutenção da vida na iminência constante da morte.

Vidas Secas impõe-se na trajetória literária de Graciliano Ramos como um divisor de águas na forma de composição da narrativa. Não somente isso; há que se observar aqui uma inversão radical na concepção das personagens. Agora, elas não produzem vítimas, nem se tornam vítimas de seus próprios atos e obsessões. São, sim, vítimas dos fenômenos da natureza e, em certa medida, do caráter humano.

Seu Tomaz da bolandeira, personagem que não se manifesta nem está presente nas ações da narrativa, serve de contraponto para Fabiano e Sinhá Vitória. Sua existência assinala diferenças entre os homens. Embora jamais tenha se expressado com a brutalidade do patrão, atual de Fabiano, conquistava aqueles que lhe rodeavam e sempre lhe prestavam obediência. Na constante referência que lhe fazem, o seu poder de expressão passa a constituir o grande espaço lacunar de Fabiano. Este espaço, se preenchido sumariamente, evitaria ou pelo menos atenuaria o grau de complexidade em questões tão elementares quanto a venda de um porco ou o cálculo do seu salário. No primeiro episódio, Fabiano perturba-se com o pagamento de imposto exigido para que efetue a venda do animal. No segundo, tem a sensação de estar sendo enganado pelo patrão na hora do pagamento. Nos dois episódios não consegue encontrar argumentos convincentes para discutir e impor seu julgamento.

Esse personagem que só existe na lembrança de Fabiano e Sinhá Vitória é o responsável pelo objeto de carência desta última. A cama de lastro de couro de seu Tomaz, quando comparada à cama de varas na qual dorme, ganha em qualidade e conforto. Assim, a idéia de possuir

uma semelhante vai gradativamente tomando corpo na narrativa, sem jamais se realizar.

Vencer o obstáculo da expressão não chega a se constituir em objeto de desejo em torno do qual se constrói Fabiano. Este é apenas mais um dos aspectos que lhe dificulta a realização de sua carência: permanecer vivo. Para isso, mede sentimentos, mas o desejo de viver se sobrepõe a eles. Dessa forma, a situação limite impõe a morte do papagaio que se transforma em alimento. A cadela baleia, atenta à situação e na mesma posição e carência de Fabiano, caça o preá que lhes adia a morte.

Embora o meio físico inóspito e a convivência com animais sejam fatores preponderantes na rude formação desses personagens, não há em *Vidas Secas* o embotamento dos sentimentos. Os dois meninos, Sinha Vitória e Fabiano sofrem com o sacrifício de Baleia. Sinha Vitória não esquece do papagaio. Embora manter a vida seja o objetivo de Fabiano e provisões não existam, não abandona o filho sobre a terra árida. Tangidos pela seca, esta família de retirantes na trajetória cíclica da “Mudança” e “Fuga” vem revelar uma realidade brasileira, um conflito social gerado por questões climáticas que apontam para um problema de ordem econômica⁷.

É importante fazer aqui um breve parêntese e sublinhar que a obra de Graciliano Ramos, quando analisada em seu conjunto, traduz-se em fonte inesgotável de referências sobre si mesma. Jorram desta fonte inúmeras situações, sensações e personagens que transitam de um

⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*, São Paulo: Ática, 1988, p.8 a 10. Segundo o autor, o problema da região do Nordeste não é de ordem climática, como se afirmava, mas de ordem econômica. Em face ao atraso em que se encontrava esta região em relação às demais regiões do Brasil, a economia quando planejada em nível nacional fazia com que a região mais pobre subsidiasse o desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas economicamente. O Nordeste é uma região de povoamento antigo, de estruturas consolidadas cuja estagnação econômica foi transformada, desde o século XVIII, em fornecedora de mão-de-obra do Sudeste.

romance a outro. Um exemplo claro disso é possível encontrar em **Vidas Secas** e **Infância**. Percebe-se que o objeto de carência tanto do “menino mais velho” quanto do menino Graciliano é a transformação da palavra inferno em coisa concreta. Uma busca semelhante de significado para a palavra no mundo referencial das crianças.

Essas referências atingem dimensões curiosas a partir da publicação de seus livros de memória: **Infância e Memórias do Cárcere**. É surpreendente o número de ensaios críticos a respeito de Graciliano Ramos cujo objetivo é explicar a obra pelo autor e o autor pela obra.

Antonio Candido⁸, por exemplo, não se furta à curiosidade que a obra em conjunto desperta, para analisar aí, as características do homem que deixou como legado um “sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação”. É dessa forma que entende **Infância e Memórias do Cárcere** como auxiliares na compreensão dos livros anteriores. Os livros de memórias conteriam, assim, características pessoais “transpostas” aos romances. Isto, além de tornar claro, para o crítico, o “modo de ser do escritor” Graciliano Ramos, permite também que se interprete com maior clareza a sua “própria atitude literária.”

Contudo, “independente desta utilização mais ou menos indevida a que os submete o crítico”⁹, **Infância e Memórias do Cárcere** impõem-se também enquanto obras autônomas e podem ser lidas por si, sem que nelas se procure características pessoais do escritor. O aspecto romanescos de **Infância**, no entanto, desaparece em **Memórias do Cárcere** que traz em si o depoimento sobre a prisão injustificada no período de 1936 a 1937.

⁸ CANDIDO, Antonio. op. cit., p.49

⁹ Id., Ibid., p.49

Admitindo então que *Infância* tanto poderá ser lido como exposição de fatos verídicos quanto a interpretação que faz o escritor destas verdades; admitindo, ainda, que as características pessoais deste escritor poderão ser pinçadas dos romances, chega-se a caracterização básica de sua obra centrada nessa ambivalência.

Esse aspecto ambivalente, no caso de *Infância*, quando pende para análise dos episódios narrados enquanto exposição da verdade, ganha dimensões dignas de destaque. Álvaro Lins, por exemplo, embora acredite que, entre todos, *Infância* seja o livro “mais bem escrito” de Graciliano Ramos, é enfático em sua análise ao afirmar que:

*“Porque não se sentiu amado, nem teve uma infância de ternuras e afagos, o Sr. Graciliano Ramos reagiu com sentimentos de indiferença e desprezo em face de toda a humanidade. Ele não escreveu estas memórias apenas por motivos literários, antes para se libertar dessas lembranças opressivas e torturantes. Escreveu a história da sua infância porque a detesta com amargura. Não se achou, por isso, obrigado a complacências para com os outros.”*¹⁰

Peregrino Júnior não se afasta do tipo de análise de Álvaro Lins e em outras palavras conclui que:

*“O autor é às vezes tão duro na transcrição da verdade que traumatiza a nossa sensibilidade. Este livro foi escrito com uma coragem quase desumana, além de inoculado dos venenos sutis do ressentimento.”*¹¹

Mais recente, mas não menos envolvida por esse tipo de abordagem, é a análise de Maria de Lourdes

¹⁰ LINS. Posfácio a Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*. 56 ed., p.141.

¹¹ PEREGRINO. *Uma simples recordação de Graciliano Ramos* apud MORAES. *O velho Graça - uma biografia de Graciliano Ramos*, p.221.

Oliveira¹². A autora, ao submeter *Infância* à teoria freudiana, é coerente na afirmação de que a memória não pode ser verificada em sua plenitude no tempo presente, mas somente enquanto linguagem, leitura e transcrição. Tal impossibilidade se prende ao fato de que a expressão da verdade fundamentada no recurso da memória vem sublinhar a deformação como o traço definidor e essencial da recordação.

No entanto, essa deformação e transcrição da verdade como matéria ficcional e artística de Graciliano Ramos não se sustenta no decorrer da análise. E, a partir daí, gera-se um paradoxo sobre o aspecto ambivalente das memórias no sentido da sua “afirmação” e “negação”¹³. Ambivalência que se efetiva pela afirmação quando a memória é preservada através da escrita, e pela negação quando, no ato mesmo da escritura, o memorialista a elimina do pensamento.

Esse paradoxo pende para a “negação” das memórias e surpreende pela conclusão que atinge sobre a “palavra literária”. Esta seria o escudo atrás do qual se esconde o sujeito da enunciação, mascarando “as pulsões de morte”. É desta posição que ele dá vazão aos sentimentos e tenta burlar sua culpa. Foge do remorso e projeta pulsões agressivas contra os agentes que considera tabus sociais e religiosos. É dessa forma que estaria realizando o “feito heróico” no qual

“Vinga-se dos pais que o maltratam. Através das terríveis armas das letras, já adulto, dominando com perfeição o código verbal escrito, ele revida, através da

¹² OLIVEIRA, Maria de Lourdes. *Cacos da memória: uma leitura de Infância*, de Graciliano Ramos. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da UFMG. Belo Horizonte, 1992, p.11.

¹³ Id., *Ibid.*, p.36.

escrita, os ataques físicos que injustamente recebera quando criança."¹⁴

A palavra literária esconderia ainda a "face do mau menino"¹⁵ que permanece no seu interior. Esta face, por ser detestada, ser densa de emoções negativas e afligir o eu da enunciação com constância, transforma-se na parte de si que deseja esquecer.

Peripécias da arte literária que prescreve a destruição de toda voz e de toda a origem. No caso de Graciliano Ramos, a origem e a voz são destruídas pela polifonia. Ao afirmar que "não sou um só"¹⁶, o verdadeiro se perde nesta multiplicidade de "eus", determinando aí a neutralidade do sujeito da enunciação, e nesta imprimindo sua ausência, retirando daí a sua "individualidade particular". Teias de "palavras literárias" aproximando-se das "palavras poéticas" pela possibilidade da criação artística. Mistérios do poeta e do romancista que, gerados pela mesma nascente, têm seu ofício revelado na "Autopsicografia"¹⁷ de Fernando Pessoa, e é sempre interessante recuperar que:

*"O POETA é um fingidor.
Finge tão completamente
Que chega a fingir que é dor
A dor que deveras sente.*

*E os que lêem o que escreve,
Nã dor lida sentem bem,
Nã as duas que ele teve,
Mas só a que eles não têm."*

¹⁴ Id., Ibid., p.78.

¹⁵ Id., Ibid., p.77.

¹⁶ SENNA, Homero. República das Letras. In: *Revisão do Modernismo*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1968, p.189.

¹⁷ PESSOA, Fernando. *Os melhores Poemas de Fernando Pessoa*. São Paulo: Global, 1985, p.43.

A abrangência de **Infância**, não só pelo tema que encerra, como pelas relações sociais que ela implica, abre este leque multifacetado para as mais diversas análises. E a psicanálise parece ter encontrado aí fontes significativas para aplicar seus conceitos. Contudo, é importante retornar agora ao “espírito de jornada” proposto inicialmente para perceber um momento de ruptura na trajetória literária de Graciliano Ramos. Ruptura que se dá tanto na forma de composição das narrativas quanto nos temas dos romances.

Vidas Secas, por exemplo, transcende às questões do desvelamento do caráter humano dos romances anteriores. Os capítulos-contos assinalam a presença de um narrador que não participa explicitamente das ações da narrativa. Este se apresenta em terceira pessoa, através de um discurso indireto livre, para expor um conflito que já não se restringe aos personagens, mas entre estes e o ambiente físico da seca nordestina. Neste ambiente é que se projetam os conflitos sociais imanentes das necessidades primárias para a sobrevivência dos retirantes.

Infância retoma a forma de composição estruturada sobre capítulos-contos e expõe também questões de ordem social. Mas com uma narrativa em primeira pessoa e com o artifício do testemunho do menino. E sem perder de vista os liames da memória e a abrangência poética e ficcional que esta implica, ousaria dizer que **Infância** também leva a refletir sobre a maneira como eram consideradas as crianças num determinado período da história nacional. Uma história que se desenvolve à margem, num espaço ausente de luz, obscurecida por adultos que vedam à criança o direito à dignidade, o respeito a sua autonomia. **Infância** constrói-se, assim, na representação de um menino que entre pais e mestres curva-se sob a violência das punições e postergações. Livro de memórias que permite também refletir sobre as armadilhas engendradas pelo sistema patriarcal. E, neste caso em particular, não se equilibra na

balança do aconchego materno. **Infância** implica prisão escolar e familiar que se mascara sob a necessidade de proteger vigiando ou punir para educar.

Obviamente, **Infância** não se constitui em documento histórico, mas representa literariamente um modelo de família que tangencia aquela reconhecida pelo “Antigo Regime”¹⁸, período no qual é possível observá-la enquanto objeto e sujeito de governo. Objeto, na medida em que, por sua relação de dependência com os diversos setores sociais da comunidade, o chefe de família é obrigado a responder por todos os seus membros. Em contrapartida, essa responsabilidade torna-o sujeito de governo ao exercer, sobre a mulher, os filhos e a todos aqueles com quem convivia, sua autoridade.

Este mecanismo alimentava-se da troca de benefícios entre o Estado e a família. Esta última lhe garantia a ordem pública, ao exercer sua autoridade no espaço privado do lar. O Estado, por sua vez, lhe oferecia apoio incondicional em troca da obediência daquilo que exigia. Assim, a família passou a se constituir na “menor organização política” da sociedade, cujo chefe possuía sobre os seus componentes

*“(...) um poder quase discricionário. Podia utilizá-los em todas as operações destinadas a majorar a importância de sua situação, decidir sobre a carreira dos filhos, (...) Ele podia também puni-los se infringissem suas obrigações com respeito à família e, para isso, apoiava-se na autoridade pública que lhe devia ajuda e proteção em sua empresa”.*¹⁹

Se no decorrer do século XVIII esse mecanismo, segundo Jacques Donzelot²⁰, tornou-se progressivamente

¹⁸ DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. trad. M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p.49.

¹⁹ Id., *ibid.*, ..., p.50.

²⁰ Id., *Ibid.*, p.51.

inadequado na França, parece relevante admitir certos resquícios desse exarcebado autoritarismo na família brasileira do início do século XX. A família desempenhava, portanto, papel fundamental dentro da organização social, e foi, por essa razão, merecedora do apoio irrestrito do Estado. Mas como manter o equilíbrio dessas duas forças institucionais quando, dentro do espaço privado restrito ao grupo familiar, as relações afetivas são sonegadas em detrimento do autoritarismo, que intercepta a liberdade física, moral e intelectual de seus membros?

Essa constatação histórica remete ao espaço literário no qual *Infância* parece conter um remanescente dessa família tradicional. Criança que viveu a experiência de ter sido permanentemente dirigida e jamais apoiada. Criança que, ao se tornar adulta, percebe na ficção literária o espaço que a história social apenas tangenciou.

Dessa forma, *Infância*, desempenhando o papel inerente ao *Mnemon*, não deixa esquecer a criança num ponto desbotado da história social brasileira. Resgatando o cárcere familiar e educacional, põe em questão a necessidade do extremo isolamento infantil para proteção dos perigos exteriores. *Infância* segregada que conta com um narrador adulto para dar-lhe voz. E envolta nas malhas da ficção literária permite uma leitura que se opõe ao nostálgico do universo infantil. *Infância* foi protagonizada por aquilo que lhe permitiu a cultura vigente e esta não lhe proporcionou nem o riso, nem o lúdico. Memória literária que só vem confirmar que a “criança é o grande ausente da História”.²¹

É importante que se observe também a maneira pela qual o menino de *Infância* desponta no texto e escreve sua história. Num espaço supostamente atribuído ao lúdico

²¹ PRIORE, Mary del. (org.). História da criança no Brasil. In: *Caminhos da História*. São Paulo: Contexto, 1991, p.9.

ocorre, na verdade, o confronto silencioso entre a criança e o mundo exterior. Nesta substituição, o processo de aquisição da linguagem transforma-se no fio condutor que agregará, paralelamente a si, várias exigências da estrutura social de seu meio.

Porque acontece que ele queria a palavra. Enquanto fosse quem era estaria preso à sua própria respiração à espera de que ela o unisse a si mesmo, vivendo com essa palavra na ponta da língua, com a compreensão quase por se revelar, nessa tensão que termina por se confundir com a vida, e que é ela própria, acontece que ele queria a palavra.”

(Clarice Lispector: **A maçã no escuro**, 1961)

Sete - A Criança, a Palavra e a Leitura

Embora o corpo, enquanto matéria, esteja "submetido aos contornos que o limitam ao presente", a consciência desenvolve um movimento na busca de experiências distantes deste. Em tal movimento, em que algo novo poderá ser acrescentado ou omitido, observa-se que a experiência educacional que se conserva na consciência do narrador não hesita em expor o processo ensino-aprendizagem, sublinhando sempre sua inadequação metodológica aliada ao ponto de vista do componente afetivo.

Em função disso, parece relevante repensar a aquisição de conhecimento, admitindo também seu atrelamento aos aspectos afetivos, ou seja, considerar que o progresso cognitivo da criança está fundamentalmente ligado à assimilação cultural e ao desenvolvimento da personalidade, uma vez que tanto o desenvolvimento da personalidade quanto o aspecto afetivo estão diretamente ligados à formação da consciência. A respeito disso E. Stort pondera:

"A criança demonstra uma intensidade e uma instabilidade afetivas não verificadas em nenhum ser imaturo de qualquer espécie viva. O homem adulto pode ser capaz de conter e controlar as expressões de seu afeto, mas a intensidade dos sentimentos continua existindo para ele. (...) A consciência é um fenômeno extremamente subjetivo, visto trazer em si a presença afetiva do eu individual e, ao mesmo tempo, é intensamente objetiva, por esforçar-se em

*considerar objetivamente tanto o meio ambiente exterior como o eu objetivo. Aqui, o eu torna-se ao mesmo tempo, como sujeito e como objeto de conhecimento, considerando o meio objetivo e implicando nele sua própria existência subjetiva."*¹

Aqui é importante considerar que, embora a escritura exponha lembranças bem pessoais, na medida em que os relatos partem de uma "consciência individual", esta se desenvolve no contato com um determinado grupo social. Isto, no entanto, não homogeneiza os indivíduos. É justamente no interior destas relações sociais que se impõem as individualidades. Diante disto, Maurice Halbwachs² afirma que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Ponto de vista que varia segundo a posição que ocupa o indivíduo dentro deste grupo. A memória individual depende, portanto, do estágio no qual o sujeito atinge sua condição de "ente social", pois somente as relações sociais é que auxiliarão suas impressões individuais.

A consciência individual que permeia **Infância** não deseja apagar as relações de afetividade complexas. A escola e a família são reconfiguradas em ambientes de postergações e humilhações do menino. Locais onde a punição freqüente toma o lugar das manifestações de orientação e afeto. Dessa forma, o universo infantil é exaltado negativamente. Uma ação de resgate que traz em si focos de contestações e também de alerta. De maneira que a educação informal e formal são colocadas em causa por uma escritura que desvela sua metodologia, suas sanções e coerções.

¹ STORT, Eliana V. R. **Cultura, imaginação e conhecimento: a educação e a formalização da experiência.** São Paulo: UNICAMP, 1993. pp.33 e 34.

² HALBWACHS. **A memória coletiva,** op. cit., p.51.

Admitindo, então, que a consciência forma-se a partir da soma de experiências que vão sucessivamente se acumulando, deve-se pensar a família e a escola como espaços essenciais; como o cerne do desenvolvimento cognitivo. Em **Infância**, o processo cognitivo é problematizado através do método empregado para a aquisição da linguagem. Considerando o aspecto complementar que há entre o processo cognitivo, afetivo e social, vale destacar aqui a afirmativa de Basil Bernstein quando diz que

assim como aprende os códigos específicos que lhe regulam os atos verbais, também aprende através das exigências de sua própria estrutura social. O processo de aprendizagem gerado pela fala, isto é, por um ato aparentemente livre, transforma na verdade a experiência da criança, convertendo-se assim a estrutura social, através da variada gama de efeitos do processo lingüístico, em substrato da experiência infantil. Sob esse ponto de vista, quando a criança fala ou escuta, reforça-se a estrutura social dela e dessa maneira sua identidade social se aprimora. Mediante a formalização dos atos de fala, a estrutura social se converte numa realidade, a realidade psicológica da criança".³

O que ocorre em **Infância** não é a aceitação passiva de todas as exigências que faz a estrutura social do menino. A criança, aqui, não reforça esta estrutura, questiona-a. Progressivamente desvela-se a perturbação da criança diante do código lingüístico. Este, atrelado ao sistema social patriarcal e autoritário, adquire caráter impositivo. Evocando a infância, o narrador coloca-se no ponto de vista da criança que foi, e revela a confrontação do "eu" infantil nas suas relações com o mundo exterior. O processo de aquisição da linguagem é o fio condutor para

³ BERNSTEIN. "Studien zur sprachlichen Sozialisation". Citado por Goeppert. **Linguagem e Psicanálise**. trad. Otto Erich Walter Mass, São Paulo: Cultrix, 1980, p.77.

que os processos de aprendizagem complementares se instaurem no texto. Uma luta quase muda da criança contra as imposições e discriminações.

A realidade impõe-lhe a ideologia dominante, os padrões de comportamento e determina-lhe os atos verbais. Enquanto isso, o olhar minucioso do aprendiz vai registrando preconceitos, sanções, crenças, místicas e coerções. Habilmente revestido pelo caráter da incapacidade na aquisição da linguagem, a criança questiona o código lingüístico, sua metodologia e a cultura vigente. Expõe a fragilidade do poder de nomeação, dos significados, e as designações adquirem caráter vulnerável.

Antes, porém, da efetivação do processo de ensino-aprendizagem, há que se sublinhar o primeiro encontro do menino Graciliano com as palavras. Encontro que se faz num movimento de viagem com algumas paradas e tropeços, e que o leva de Alagoas para o sertão de Pernambuco em razão dos negócios do pai. Aí, numa escola que lhes serve de hospedaria, o menino de "dois ou três anos" observa pela primeira vez uma sala de aula. E a impressão retida na consciência vem por meio da estimulação sensorial auditiva: a soletração numa "toada única" (I, p.10) denuncia os sons estranhos das "letras, sílabas, palavras misteriosas" (I, p.11).

Este universo infantil que se amplia na curiosidade insistente por palavras também sustenta a narrativa sobre elas, na medida em que são objetos de reflexão crítica. É dessa maneira que o narrador, ao colocar o menino que foi em situações perturbadoras diante da apreensão dos signos, também trabalha seu texto metalingüísticamente. Assim, quando advertido de que não poderia utilizar a palavra "pitombas" (I, p.10) para designar qualquer objeto de forma esférica, demonstra perturbação. Ao clima de contrariedade na substituição de "laranjas" por "pitombas", subjaz a

questão das convenções preestabelecidas pelo código lingüístico, que tanto permite quanto proíbe segundo suas regras.

A linguagem torna-se o ponto de referência da memória e busca arbitrariedades nessa convenção lingüística. A recusa da designação "pitombas" por "laranjas" não permite relação de semelhança e se confronta, no mesmo capítulo, com as substituições que faz sua mãe ao contar uma historieta. A analogia, além de substituir "papa-hóstia" por "vigário"; "folgazona" por "prostituta", "papa-rato" por "gato" e "tributo" por "fogo" (I, p.18), também determina o comportamento estereotipado da mãe que busca, na equivalência semântica, omitir a possível hostilidade para com palavras tais como "prostituta". Questionando a razão pela qual "fogo" havia sido designado por "tributo", aponta para a transgressão do código. Esta transgressão, por não sofrer advertência ou correção, sublinha a desigualdade das penas para adultos e crianças.

Tendo ainda em foco a palavra, no capítulo "Um Cinturão", o narrador inicia afirmando que suas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-lhe funda impressão. Obviamente, o elemento semântico da designação "justiça" sofre controvérsia quando o acontecimento revela o seu avesso. Assim, por sua "abstração", além de não ter existência própria no mundo natural, também não adquiriu "concretude" no mundo dos homens. Ao tema da justiça subjaz também questões de direito e poder de punição sobre o corpo da criança de "quatro ou cinco anos".

No processo de apreensão do código lingüístico, reconstruída pela memória, desvela-se severos empecilhos. Um deles centra questão sobre o poder que os adultos, detentores deste código, possuem para omitir significados.

É assim que "papa-lagartas" (I, p.44) permanece para o menino somente em nível de significante. Entre a possibilidade de coerção para "perguntadores" e a curiosidade intermitente, busca-se alento nas histórias de onças contadas por José Baía.

Não lhe bastava, contudo, apreender significantes e significados. A memória registra o interesse da criança para além disso. E, aprendendo o sistema num todo, a prosódia também faz suas exigências. Por essa razão é que estranha D. Maria pronunciar "garafa" (I, p.49) e os textos lidos pela mãe "obscureciam-se" (I, p.69) pelas deturpações prosódicas e pontuações absurdas. E, no canto de José da Luz, o "e de serviço" (I, p.97) abria demais. A preocupação com a prosódia é finalmente exteriorizada pelo menino quando, na loja do pai, alguns clientes discordam dele quanto à pronúncia de *Smiles* (foneticamente, /Isma^lews/). Orientado pelo professor, não sucumbe aos risos e discorda da pronúncia *Símiles* (/SImIlis/); impondo aquela corretamente assimilada: *Smailes* (I, p.205).

A memória recupera a visão do mundo perpassada por uma mística religiosa que possui a mãe do protagonista. Por esta razão, a palavra "inferno" (I, p.78), protegida pela lei do silêncio, quando questionada admite esclarecimentos semânticos insuficientes. Para o menino de seis anos que exigia pormenores a respeito das "fogueiras, tachas de breu, vítimas e demônios", resta apenas o tabu lingüístico. A mãe, na medida em que é o suporte deste discurso, materializa a crença religiosa de sua formação cultural e impossibilita o desvendar de mais um "enigma" com chineladas. Ficção e memória entrelaçam-se e atenuam seus limites quando é possível observar episódio semelhante no romance *Vidas Secas*, no qual a personagem do menino mais velho questiona também o mesmo significante. Sinha Vitória explica-o através das imagens de "espetos quentes e fogueiras". A insatisfação da criança,

no entanto, exige-lhe o testemunho e a resposta transforma-se em "cocorote". "Ele tinha querido que a palavra virasse coisa..." (VS, p.56), diz o narrador onisciente.

A formação educacional, na fase da pré-complementaridade, inicia-se em casa. Esta fase é reconstruída através da lembrança do pai "ensinando-lhe" o alfabeto. Na busca de motivações, o pai utiliza-se da metáfora "armas terríveis" para as palavras impressas. Esta tentativa de introjeção de valor ideológico confunde o aprendiz que percebe, neste processo de aprendizagem, o início da "escravidão imposta arditosamente" (I, p.105). Na dificuldade de apreensão das letras, subjaz a metodologia impondo o côvado como objeto de coação. Na ausência de um processo metodológico adequado, a criança desenvolve o seu próprio método. E busca, no seu mundo referencial, a reificação das duas consoantes dentais. As definições repousam sobre comparações semânticas em que o "visual-gráfico"⁴ extrai de sua forma um significado. Dessa maneira, "o T era um boi, o D uma peruinha" (I, p.107) e dando forma concreta às letras do alfabeto, ocorre na verdade uma construção meta-lingüística.

Nem sempre o imaginário infantil reifica o que não apreende. E através da aparente dificuldade na decifração do código se configura a crítica às convenções estabelecidas. Na frase "Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém" (I, p. 109), a memória resgata a perturbação da criança diante da sofisticação verbal. À dificuldade impõe-se o imaginário e este, adequado ao viés do olhar infantil, confere a "Terteão" o caráter humano. Busca incessante de entendimento através dos referenciais do mundo que o rodeia.

O narrador de memórias, ao reorganizar seu processo de aquisição de linguagem, não se mantém na

⁴ CHALHUB, Samira. *A metalinguagem*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1988, p.35.

aparência das dificuldades. O adulto resgata acontecimentos nos quais a linguagem não figura somente enquanto instrumento de mediação entre os indivíduos do seu grupo social, mas também como o veículo de suas ideologias. É dessa maneira que a sua leitura espontânea de "O Menino da Mata e o seu Cão Piloto" (I, p.210) contextualiza a cultura vigente na fala de Emília. O ato de interdição da leitura, por parte de Emília, fundamenta-se na noção individual de pecado. Seu discurso expressa a discriminação e o choque religioso diante da brochura escrita por autor protestante. A proibição alcançava libertação encontrada no mundo fictício das personagens construídas por palavras. E as palavras tomam dimensões fundamentais do ponto de vista da "prisão" que é o mundo infantil de Graciliano Ramos. A coerção impõe o que nem "a prosa difícil do romance" (I, p.213) foi capaz de vedar.

Infância, narrativa de memórias pontuada por uma gradativa consciência de linguagem. Recuperação de lembranças nas quais a palavra assume a condição de objeto e onde o código lingüístico é questionado. Luta constante com a dificuldade das normas deste código, através do qual se dá a feitura do texto. Poderia se dizer, um trabalho de Penélope que não espera a concretização no desfazer, mas que fabrica o tecido narrativo na medida em que esmiúça o código.

É nessa trajetória gradual onde ocorre simultaneamente aquisição e consciência da linguagem que se revela o futuro interesse pela ficção. Pois, mesmo que a "doença de olhos" (I, p.138) vede-lhe o mundo iluminado dos signos, ainda permite-lhe uma avaliação sobre o mundo dos sons: "na escuridão percebi o valor enorme das palavras" (I, p.141).

E é na escuridão da cegueira periódica que o som da voz de José da Luz (I, p.151) preenche-lhe os espaços

solitários narrando-lhe histórias. Em outras circunstâncias, o dom narrativo de D. Agnelina também é resgatado. A contribuição da professora vem através das "histórias de Trancoso, lendas e romances" que ampliam o mundo fictício do menino. "Nada me ensinou, mas transmitiu-me afeição às mentiras impressas" (I, p.206). D. Agnelina, desconhecendo o valor inquestionável de suas narrativas orais, colaborava para o despertar da vocação do futuro romancista. As "mentiras impressas" traziam implícitas o próprio conceito de literatura.

A leitura é o passo seguinte na direção do universo ficcional. Tempo marcado pela presença do pai impondo um livro, cujas linhas são lidas com dificuldade pelo menino de nove anos. Se o medo da presença paterna e as "palavras difíceis" (I, p.203) constituíram-se em graves tropeços, não lhe interromperam a convivência secreta com os seres ficcionais. E "essas criaturas de sonho, incompletas e misteriosas" (I, p.201), sem resistir à perseverança do menino, iluminaram-se lentamente no esconderijo do quintal.

O texto de memórias de Graciliano Ramos marca a sua iniciação literária ao resgatar as primeiras leituras da infância. Ao abrir as portas de sua biblioteca, Jerônimo Barreto proporciona ao protagonista seu primeiro contato com os movimentos literários no Brasil. E, através de autores como José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, a memória resgata as leituras do período romântico. Júlio Verne vem provavelmente dar acréscimo ao seu pequeno universo, despertando-o com suas aventuras, a geografia de um mundo distante.

Nesse interesse pelas palavras e pelo mundo ficcional, subjaz a consciência do futuro escritor em estado embrionário. Quando evoca o passado literário, na verdade sublinha o instrumento de seu futuro trabalho:

" Versalhes, Notre-Dame e os rouxinóis tinham a aparência de contrabando. E eram inúteis, com certeza. Mas serviam para a composição de narrativas "

(I, p.225)

O mundo ficcional, além de aprimorar-lhe a "eloqüência" (I, p.225), também transforma-lhe a "linguagem" (I, p.225). Além disso, este mundo garante ao menino a evasão de um meio social inóspito no qual o único ser real era somente quem mediava seu sonho: Jerônimo Barreto, com seus livros e sua versão sobre a Revolução Francesa.

O período da infância geralmente compreende dois espaços alternados e restritos, ou seja, familiar e escolar, que surgem em **Infância** como alvos de contestações e coloca em relevo o universo infantil justamente por sua tácita ausência.

Oito - Universo Infantil e Tempo Social da Escola

Os núcleos narrativos de **Infância**, por conterem em sua maioria a personagem do menino envolvido com problemas de aprendizagem, abrem espaço para a nossa reflexão sobre a educação. Esse retorno ao passado, através do olhar e da sensibilidade infantil, recupera a cultura vigente do início do século XX na relação que sustenta com a educação, família, crenças e vida cultural. Relato sério e incisivo que representa a figura de educadores acomodados na transmissão de conhecimentos. Fato que relega o aspecto integral do indivíduo: ser dotado de sentidos, percepção e criatividade, sem poder exercer o direito de expressão ou de crítica. A memória preserva e simultaneamente coloca em questão o papel estático dos educadores das escolas elementares, suas práticas segundo a maneira de sentir e de ver da criança que foi Graciliano Ramos.

Nesse sentido é que vale aqui sublinhar algumas reflexões de Walter Benjamin¹ sobre o universo infantil. Quando recupera a história cultural dos livros, brinquedos e cartilhas infantis, vai pontuando alguns equívocos cometidos pelos adultos na sua maneira de interpretar o mundo da criança. O livro infantil, por exemplo, nascido com o Iluminismo², tentava adequar suas histórias aos seus ideais de “formação humanitária”. Dessa forma, a pedagogia baseada na “técnica da influência” expunha

¹ BENJAMIN, Walter. **Reflexões**: a criança, o brinquedo, a educação. trad. Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Summus, 1984.

² Id., *Ibid.*, p.49.

moralismos drásticos já condenados por Karl Hobrecker³ por nada significarem à criança. Contudo, estes livros concentravam na ilustração “primitiva” o ponto de interação entre o artista e a criança, momento no qual o sentido da visão é estimulado, sobrepondo-se às técnicas pedagógicas.

A história cultural do brinquedo resgata os processos rudimentares de sua indústria artesanal até o ponto em que culmina com os processos de industrialização mais sofisticados do século XIX. Dessa forma, as bonecas açucaradas que estimulavam o sentido do paladar, fabricadas pelo confeitoiro, são comparadas aos “trenzinhos elétricos” impostos pelos adultos. Comparação que faz do “trenzinho” um objeto fabricado para criança, segundo aquilo que o adulto entende como exigência infantil. Quando, na verdade, a criança é capaz de criar seu próprio brinquedo e imaginar um mundo fantástico através de objetos que têm por destino a lixeira.

O desenvolvimento da cartilha enquanto método de ensinar a ler e escrever tem seu início nos séculos XVI e XVII. A tentativa de torná-la mais atraente, com certos jogos, não eliminou sua radicalidade pedagógica. Segundo Walter Benjamin, elas apresentavam “monstruosidades fonéticas”⁴ tomadas por empréstimo de escritores do período Barroco. A “estreiteza” de seu método consiste no fato de que sua meta está concentrada nas suas últimas páginas. Neste ponto, o aluno que ler e escrever terá conquistado o “saber” exigido pelo adulto. Aspirando ao conhecimento enciclopédico, a cartilha faz predominar a informação em detrimento da formação do indivíduo.

³ Id., *Ibid.*, p.47. Karl Hobrecker, citado por Benjamin, colecionador de livros infantis alemães. Sua vasta biblioteca teve início no período em que os “livros intantis antigos” eram utilizados como “papel de embrulho”.

⁴ Id., *Ibid.*, p.103.

Suas reflexões são abrangentes e, na medida em que se aprofunda na recuperação de sensações causadas por contos de fadas ou pelo conhecimento geográfico através da filatelia, mais cresce a distância entre este universo infantil e a infância representada por Graciliano Ramos.

A palavra “infância” nas memórias de Graciliano Ramos não carrega conotação lúdica, não implica travessuras, nem colore com tons nostálgicos a lembrança do passado. O processo gradual do desenvolvimento infantil representa um avanço no sentido da reificação, determinando dessa forma a regressão do indivíduo à condição de animal. Sem qualquer possibilidade de subverter a ordem vigente, submisso à ditadura patriarcal, a criança vai paulatinamente inserindo-se na brutalidade de seu mundo, “consciente” de sua condição “animalesca”.

“Datam desse tempo as minhas mais antigas recordações do ambiente onde me desenvolvi como um pequeno animal.” (I, p.12)

Criança atenta a todas as manifestações do ambiente hostil, Graciliano Ramos desperta para o mundo colhendo nas suas relações inter-humanas a impressão de que ora poderá se metamorfosear num “bezerro encourado” (I, p.139), ora numa “cabra-cega” (I, p.139).

É dessa forma que, quando se pretende trazer à tona a infância do menino Graciliano Ramos, trilha-se um caminho de desmistificação do aprazível e do romântico. A balança insiste no desnível, pendendo para um único lado. Lá emperra, sob o peso de injustiças, solidão e tristezas. Uma história familiar e educacional reconstituída sobre repressões e violências, e que, por delimitar espaços restritos, adquire a dimensão de um cárcere.

No entanto, é possível observar que nem a inexistência de brinquedos, nem o convívio com a

brutalidade dos dominadores, aniquilaram de vez com o lúdico da infância. Vale observar, um lúdico extremamente peculiar. Considerando que o cerceamento da liberdade do menino lhe impede a participação em circunstâncias menos dolorosas e sérias, ele encontra o meio de exercitar aí mesmo seus poderes imaginários. No momento em que os castigos atingem o limite do insuportável, ele inventa, organiza uma nova sociedade com os “brinquedos” que lhe estão ao alcance. Dessa maneira, baratas e aranhas tornam-se personagens da sua sociedade liliputiana. E, acima de tudo, realizam o seu anseio de um convívio harmonioso. Ultrapassam, em grande medida, o sentido humano da sociedade na qual vive à margem.

Neste contraponto, denuncia-se uma estrutura social extremamente desumana, onde as manifestações de afeto são substituídas pela severidade. É nesta sociedade liliputiana que se manifesta seu ponto de resistência, desvelando a marginalização da infância no momento em que passa a identificar-se com a inutilidade das personagens da sociedade que imagina: “lixo da história”.

Mas o mundo ainda está quase que totalmente por ser descoberto pela criança. E, se a intimidade com as palavras lhe trouxeram perturbação, também lhe indicaram o caminho para a liberdade. Concentravam-se em livros que “forneciam a sua provisão de sonhos”, substituíam seu mundo real pelo ficcional, objetos que lhe serviam de ponto de fuga, ao proporcionar a possibilidade de evasão.

O período que compreende a infância determina espaços específicos e rotineiros no desenvolvimento da criança, alternando-se geralmente entre a predominância do convívio familiar e do escolar, como já foi possível observar no constante resgate destes dois ambientes nas recomposições de memorialistas como José Américo de

Almeida, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Cyro dos Anjos e Érico Veríssimo.

Após observar o “tempo social” da escola na infância de alguns memorialistas do século XX, parece relevante buscar os elementos que fundamentaram métodos pedagógicos de períodos anteriores. O ideal rousseauiano de educação, por exemplo, embora elaborado no período do Iluminismo, apresenta farto argumento para contrastes entre os métodos pedagógicos e disciplinares ulteriores no Brasil e nas suas diferentes regiões.

No processo educativo proposto por Jean-Jacques Rousseau⁵, observa-se uma concepção de liberdade fundamentada não somente nos direitos do indivíduo, como também sobre seus deveres. Dentro deste processo, destaca a importância do sentimento enquanto instrumento orientador na aquisição de conhecimento, e não a razão. No ensaio pedagógico *Emílio*⁶, suas diretrizes para o ensino observam primordialmente o desenvolvimento do potencial natural da criança, destacando sempre que os diferentes estágios do processo ensino-aprendizagem devem estar de acordo com as necessidades individuais do desenvolvimento infantil.

Em 1740, ao ser convidado para preceptor dos dois filhos de Jean Bonnot de Mably, elabora um **Projeto**⁷ contendo objetivos educacionais, estratégias disciplinares e metodologia de ensino que aplicaria na instrução do Senhor de Saint-Marie, menino de cinco anos de idade.

Jean-Jacques Rousseau elabora seu projeto pedagógico a partir dos dados obtidos após uma avaliação

⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Vida e Obra*. In: *Os Pensadores*. trad. Lourdes Santos Machado. 5 ed. São Paulo: N. Cultural, 1991.

⁶ Id., *Ibid.*,

⁷ Id., *Projeto para a educação do senhor de Saint-Marie*. trad. Dorothee de Bruchard. Edição Bilingüe. Porto Alegre: Paraula, 1994.

da criança com a qual se dispõe a trabalhar. No que concerne a autoridade, o preceptor exclui toda e qualquer possibilidade de “maltratos com palmadas” e “surras”. Substitui estes procedimentos punitivos pela “privação” e “desprezo” nos momentos de indisciplina. Neste ponto, Rousseau sublinha a necessidade de um acordo entre o pai da criança e ele, enquanto seu preceptor, para que a criança jamais perceba a “impotência do mestre” em relação a ela. O que contribuirá para o respeito e a conseqüente harmonia entre pais, mestre e criança, e assegurar o sucesso de uma boa educação.

Rousseau propõe como objetivo para a educação do jovem a formação do coração, do juízo e do espírito, observando que os mestres, comumente, têm como objeto de educação “a aquisição e empilhamento das ciências”⁸ sem lembrar os bons costumes.

A respeito da religião e da moral, o preceptor destaca a inutilidade da abundância de preceitos fora do alcance da idade e do espírito da criança. Idéias de obrigação e de estudo regrado devem ser afastadas. Em lugar disso, deve-se conduzir a criança à reflexão sobre as conseqüências e os efeitos das coisas, sem sobrecarregá-la com trabalhos “repulsivos” e “sérios”. Deve-se, contudo, manter o cuidado de expor matérias que sejam proporcionais à sua idade.

Como forma de excitar a curiosidade do aluno indisposto aos estudos, Rousseau propõe jogos, recortes, desenho entre tantos outros, e sugere a participação do pai nos estudos do filho, através do questionamento sobre o seu progresso. Propõe algumas disciplinas para os dois ou três primeiros anos que inclui elementos do latim sem o rigor metódico, noções de geografia e história moderna. Reserva para idade mais avançada as dificuldades inevitáveis.

⁸ Id., *Ibid.*, op. cit., p.45.

Suprime todos os tipos de estudo que não conduzam a nenhum uso concreto. A exemplo disso, cita a lógica e a filosofia escolástica. Ao formar o espírito jovem, propõe levá-lo “a distinguir o falso ornamentado da verdade simples” para sua futura aplicação em todas as oportunidades da vida.

A despeito da distância entre os séculos, o **Projeto** de Jean-Jacques Rousseau confronta-se com as práticas pedagógicas encontradas em **Infância**. A educação formal tem sido uma constante nos textos dos memorialistas, e a história do indivíduo, segundo Ecléa Bosi¹⁰, é dividida pela força do “tempo social”. Este absorve o tempo individual e serve de ponto de orientação para as lembranças. Dessa forma, a existência humana divide sua história em períodos marcados por acontecimentos que transcendem a sua vontade: a morte de uma pessoa conhecida, o tempo do convívio familiar e o tempo da escola entre tantos outros.

A infância de Graciliano Ramos é dividida também pelo tempo social da família e da escola. Estes são marcos decisivos no desenvolvimento da criança que, inserida nestas convenções sociais, registra o momento de ingresso na escola. E, diante do entendimento de que a escola seria o espaço no qual se daria, por extensão, as punições recebidas em casa, durante as lições, revela o temor:

“Quando iam cicatrizando as lesões causadas pelo alfabeto, anunciaram-me o desígnio perverso — e as minhas dores voltaram (...)

⁹ Id., *Ibid.*, p. 97.

¹⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.415.

A notícia veio de supetão: iam meter-me na escola (...) A escola era horrível — e eu não podia negá-la, como negara o inferno."

(I, p.113)

Ainda no "tempo social" da escola é que a memória expõe o método de alfabetização e faz uma reflexão sobre sua adequação. Nos apólogos contidos no volume "O Barão de Macaúbas" (I, p.126), os animais davam às crianças "opiniões sisudas e bons conselhos" (I, p.126), eram "bem intencionados e bem falantes" (I, p.126) e respondiam perguntas "com preceito e moral" (I, p.127). A criança busca na figura do barão, estampada na folha de rosto do volume, a resposta para a linguagem "confusa" (I, p.126) dos animais: "... a gente percebia que era dele o pedantismo atribuído à mosca e ao passarinho" (I, p.127). Desanimado diante da leitura de novos apólogos, questiona-se: "De quem seria o defeito, do Barão de Macaúbas ou meu? Devia ser meu" (I, p.128).

E. Stort¹¹ entende a escola enquanto espaço onde o conhecimento é transmitido após sua organização e sistematização. Essa transmissão tem como objetivo perpetuar a cultura e formar pessoas que produzam conhecimentos. Indivíduos que, capacitados, possam manter ou até mesmo transformar a realidade cultural. A cultura permeia diversos espaços da vida cotidiana e manifesta-se a partir do momento em que existimos. Ela existe independentemente da escola. Está nas instituições, nos valores, nos modos de vida e nas relações sociais. A educação é apenas mais um dos aspectos da cultura.

Esse processo de aprendizagem e de educação, informal ou formal, deve ser construído fundamentando-se em condições de significado afetivo e existencial. Segundo

¹¹ STORT. op. cit., p.125.

a autora, a aprendizagem não ocorre num vácuo. Quando estes significados não são levados em conta, a educação atua como programadora de atos repetitivos, antecipados e previsíveis.

O texto de E. Stort remete à reflexão sobre o processo de aprendizagem na infância de Graciliano Ramos. A ausência do significado existencial em face de uma prática não-natural, desprovida de uma fundamentação concreta da realidade, durante a alfabetização do menino de *Infância*, ainda repercute na lembrança do narrador quando diz que: "Todas as frases artificiais me deixavam perplexo. Enfim, a minha obrigação era papaguear algumas sílabas" (I, p.130).

Evidenciando ainda mais a falta de uma fundamentação existencial para o exercício da aprendizagem, cabe destacar aqui um fragmento do texto:

"Foi por esse tempo que me inflingiram Camões, no manuscrito. Sim Senhor: Camões em medonhos caracteres borrados — e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. (...) Deus me perdoe. Abominei Camões."

(I, p.130)

Observa-se assim uma das maneiras pela qual foi introduzida a literatura na escola primária no início da primeira República. Prática denominada por Marisa Lajolo¹² de **ensino pela literatura**. Ela aponta em seu texto, entre

¹² LAJOLO, Marisa Philbert. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982, p. 23.

outras deficiências educacionais, o despreparo do material pedagógico utilizado nas escolas brasileiras.

A tentativa de contextualizar historicamente a escola primária de Graciliano Ramos, ou seja, o período que compreende 1899 a 1903, leva a uma abordagem sobre o sistema de ensino do período imperial. A razão centra-se no fato de que a Constituição da República de 1891 consolidou o que já determinava o Ato Adicional de 1834. E, nas palavras de O. Romanelli¹³, a descentralização ocorrida com o Ato Adicional de 1834 delegava às províncias o direito de regulamentar e promover a educação primária e secundária. A falta de recursos impossibilitava as províncias de criarem uma rede organizada de escolas. Como conseqüência, o ensino, sobretudo o secundário, foi privatizado e o ensino primário caiu no abandono. As pouquíssimas escolas sobreviviam à custa do sacrifício de alguns mestres-escola que, por falta de habilitação para exercer profissões mais rendosas, permaneciam ensinando.

Mais adiante, Romanelli afirma que a

"Constituição da República de 1891 instituiu o sistema federativo de governo e consagrou também a descentralização do ensino (...) A vitória dos princípios federalistas que consagrou a autonomia dos poderes estaduais fez com que o Governo Federal, reservando-se uma parte da tarefa de proporcionar educação à nação, não interferisse de modo algum nos direitos de autonomia reservados aos Estados, na construção de seu sistema de ensino. Como um não interferia na jurisdição do outro, as ações eram completamente independentes e, o que era natural, díspares, em muitos casos. Isso acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema

¹³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p.40.

educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros"¹⁴.

Considerando que cabia aos Estados "prover e legislar sobre a educação primária"¹⁵, conclui-se que não havia um plano de educação em nível nacional. E, portanto, a escola primária do interior do Nordeste, como parte desse todo, não estava isenta dessa desorganização. A impossibilidade de uma reconstituição e amostragem¹⁶ da produção didática do período em questão e a inexistência de arquivos dos livros adotados ocultam as razões pelas quais o "Barão de Macaúbas" e "Camões" faziam parte do currículo e do método de alfabetização das escolas primárias. Vale aqui observar que o "Barão de Macaúbas"¹⁷ foi um educador que criou o método de ensino **Leitura Universal**.

Contudo, percebe-se que o "tempo social" da escola primária do interior do Nordeste permanece bem marcado não somente pela metodologia aplicada ao ensino, como também pela técnica de motivação peculiar. O que leva o adulto a evocá-la enquanto geradora de sofrimento:

"O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam nos bancos: cinco horas de suplício, uma crucificação. (...) Não há prisão pior que uma escola primária do interior. A imobilidade e a insensibilidade me

¹⁴ Id., Ibid., p.41.

¹⁵ Id., Ibid., p.41.

¹⁶ LAJOLO. op. cit., p.18.

¹⁷ Dicionário de História do Brasil Moral e Civismo. 4 ed. Ed. Melhoramentos, 1976. MACAÚBAS, Barão de (Abílio César Borges) foi educador, * em Rio das Contas (BA), em 9-9-1824; † no Rio de Janeiro, em 17-1-1891. Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Foi diretor da Instrução Pública da Bahia (1856). Fundou o Ginásio Baiano em 1858 e o Colégio Abílio no Rio de Janeiro. Criador do método de ensino **Leitura Universal**. Entre outras obras publicou: *Plano e Estudos do Colégio Abílio* (1827); *Vinte Anos de Propaganda contra o emprego da Palmatória e outros Meios Aviltantes no Ensino da Mocidade* (1876); *Vinte e Dois Anos de Propaganda em Prol da Elevação dos Estudos no Brasil* (1880); *A Lei Nova no Ensino Infantil* (1883). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, recebeu também o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

aterraram. (...) não deixei que as moscas me comessem. Assim, aos nove anos ainda não sabia ler."

(I, p.175)

"Suplício", "crucificação" e "prisão", três palavras que por suas significações levam a pensar o corpo não somente enquanto "base biológica de existência". Michel Foucault¹⁸ aborda questões que postulam ao corpo sua condição dentro de um "campo político". Isto é, um campo político onde as relações de poder podem se manifestar sobre ele de diversas maneiras. E, dependendo do grau de sujeição imposto pelo poder e pela dominação, obtém-se em troca maior ou menor grau de utilidade do indivíduo. Uma microfísica do poder utilizada por aparelhos e instituições cujo poder é exercido e concebido enquanto estratégia. A sujeição pode ser imposta através da violência ou de ideologias. Entre as técnicas punitivas tais como o suplício e o trabalho forçado, encontra-se também a privação da liberdade.

A análise de Michel Foucault envolve os séculos XVII, XVIII e início do XIX, na Europa. Retornando ao texto de memórias de Graciliano Ramos, observa-se o momento de transição do século XIX para o XX. E, se do ponto de vista da complementaridade, a educação é somente um dos aspectos da cultura, o narrador transmite os valores da cultura vigente também naquilo que concerne às técnicas disciplinares utilizadas. Ao que parece, uma herança cultural das práticas disciplinadoras da Europa.

Em 1900, quando a família retorna a Alagoas, fixa sua residência e comércio em Viçosa. Há, portanto, a necessidade de matricular-se num novo estabelecimento de ensino. Na escola pública da "Professora Maria do O", ao

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. trad. Lígia M. Pondé Vassalla. Petrópolis: Vozes, 1987.

aceitar ajuda de uma colega de classe, na correção dos borrões cometidos, experimenta juntamente com ela a violência da professora:

"D. Maria do O envolveu a mão nos cabelos da menina, deixando livres o indicador e o polegar, com que me agarrou uma orelha. E, tendo-nos seguros, agitou o braço violentamente: rodopiamos como dois bonecos e aluímos sobre os bancos."

(I, p.175)

Ainda em Viçosa, o tempo escolar é marcado pelo professor mestiço que

"Segurava a palmatória como se quisesse derrubar o mundo. E nós, meia dúzia de alunos, tremíamos da cólera maciça, tentávamos esconder-nos uns por detrás dos outros."

(I, p.191)

A punição do corpo é exercida na escola primária como prática pedagógica e como estratégia disciplinar, pois aplica "um castigo — e logo o afã de obliterá-lo, explicá-lo como trabalho de educação" (I, p.177).

Uma literatura de memória ou não, quando acentua em seu tecido narrativo questões de ordem social, histórico e até antropológico, permite indagações a respeito das razões e do grau de tais imbricações entre estas disciplinas e a arte literária. No estudo em foco, torna-se necessário percebê-los na relação com a história da literatura brasileira.

Nove - Infância: o caráter social e histórico da literatura

Na medida em que a minha análise, ao trabalhar o texto de memórias, pinçou certos aspectos históricos e sociológicos, tocou no entrelaçamento destas disciplinas com a literatura. Caberia, portanto, perceber as razões do caráter social da literatura brasileira; desta ponte solidária entre arte e sociedade.

Antonio Candido¹ já observara que, embora a literatura esteja inevitavelmente ligada a “fatores sociais”, estes não chegam a tomar uma dimensão radical na obra artística. O artista, ao fazer uso da liberdade que proporciona a “fantasia”, gera, através desta “traição metódica”, a sensação de real. E, justamente por ser originária desta liberdade, a literatura, através de sua expressividade, torna-se mais abrangente. Por essa razão, transpõe a simplista conclusão de que sua escritura retrata uma experiência individual ou, ainda, a posição social do artista.

A liberdade inerente à arte permite uma representação do mundo segundo a realidade internalizada pelo artista, que arbitrariamente propõe, ou não, um novo tipo de comportamento, sentimento ou ordem social, através de uma estilização expressiva. Na medida também em que corresponde a determinadas necessidades coletivas de representação do mundo, a obra gera justamente o “sentimento de verdade”, o que, no entanto, não deverá ser confundido com a “realidade externa”.

¹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. In: *Crítica e sociologia*. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976, p. 179.

É importante considerar que a arte, enquanto “sistema simbólico de comunicação inter-humana”², abre caminho para um meio de interação em nível de artista, obra e público. Dessa maneira torna-se, em certa medida, um veículo de arquétipos “morais e estéticos”. De qualquer modo, ao se observar a “função social” de uma obra de arte, leva-se em conta somente o universo sócio-cultural onde esta se manifestou; sua inserção neste universo cultural. De forma semelhante, a dimensão histórica também não poderá ser ignorada, uma vez que a obra artística não se fecha em si mesma, mas atua e dialoga com o tempo.

O crítico observa ainda que a literatura, diferentemente do que ocorreu em outros países, foi no Brasil, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida e do espírito³. Basta para isso que sejam resgatadas algumas obras de escritores como de José de Alencar, Machado de Assis, Graciliano Ramos, Gonçalves Dias, Castro Alves, Mário de Andrade, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Gilberto Freire, em que a intenção histórica e sociológica se evidenciam.

Ao analisar a evolução literária brasileira entre os anos de 1900 e 1945, enfocando sua relação com a cultura, percebe-se que a atividade artística se desenvolve de modo oscilante entre “dado local” e o “cosmopolita”, ou seja, entre os elementos culturais brasileiros e os padrões literários oriundos da “tradição européia”. Este ponto de oscilação gera uma experiência literária centrada na constante luta pela superação de obstáculos culturais inegavelmente presentes na formação do país. Um deles, e ao que parece fundamental na caracterização da literatura desse período, corresponde aos aspectos étnicos. A mestiçagem nacional, quando comparada à uniformização

² Id., Ibid., p.38.

³ Id., Ibid., p.130.

étnica dos países mais antigos, tornava inadequada qualquer tentativa de imitação. Dessa forma, o intelectual convive irremediavelmente com um meio social extremamente diverso, no qual a raça e a história afastam possíveis pontos de identificação com os arquétipos europeus.

Ainda neste ponto entre o "localismo" e o "cosmopolitismo", deve ser levado em conta a presença portuguesa. Portugal, além de fornecer elementos que contribuem para a formação da consciência nacional, também constitui-se em influência literária, na medida em que trilha pelo caminho das imitações francesas e inglesas. De certa forma, esse diálogo permanente com Portugal contribui na verdade, em grande proporção, para o lento amadurecimento da consciência nacional, fato que ocorre em função de que a colônia não se distingue por longo tempo de seu país colonizador. A "auto-afirmação" só será sentida com a independência política, o que poderá ser constatado com o advento do Romantismo (1836 - 1870). Neste período, o romance torna-se uma das fontes de auto-definição e tomada de consciência local. Vale resgatar deste período escritores tais como José de Alencar, Bernardo Guimarães, Franklin Távora e Visconde de Taunay.

No período "pós-romântico", que compreende aproximadamente ao intervalo de 1880 a 1922, a literatura acomoda-se nas características anteriores e permanece no academismo sem vislumbrar novas rupturas. Aparece o romance suave, afastando-se do "Regionalismo" que buscava no período romântico uma auto-definição para expor um homem rural "pitoresco", "exótico" e "condescendente" no "conto sertanejo". Na nova linha de romance destacaram-se os escritores Cornélio Pires, Valdomiro Silveira e Coelho Neto.

Enquanto movimentos literários de fundamental importância na relação “dialética entre consciência local e cosmopolita”, destacou-se não somente o Romantismo como também o Modernismo (1922 - 1945), movimento no qual se inscreve a obra de Graciliano Ramos.

É possível perceber que nem sempre a literatura brasileira esteve exclusivamente voltada para aspectos puramente estéticos. Fundiu-se a outros trabalhos intelectuais, mantendo por longo tempo o monopólio da informação e do pensamento. Este “poder” teve sua origem no regime colonial que impedia atividades políticas de qualquer nível; desamparava a educação e criava, assim um trabalho intelectual sem as suas necessárias delimitações. Somando-se a isso a inegável influência européia, transmitia a supervalorização das “humanidades clássicas” em detrimento da pesquisa científica.

Debatendo-se esteticamente entre o “local” e o “cosmopolita”, a literatura “incorporava” à sua maneira elementos históricos e sociais. Dessa forma, durante os séculos XVIII e XIX, a literatura brasileira ocupou um espaço carente de pesquisadores com suas devidas formações e passou a orientar e alimentar o pensamento nacional.

A exemplo disso, é importante retomar o Romantismo, estilo de época que com o indianismo expunha uma etnografia resultante da imaginação. Preenchia, assim, a avidez de conhecimento com um índio excessivamente polido e nobre, além de tentar sobrepujar sentimentos de inferioridade em relação à etnia européia, estimulando a dignidade brasileira. Percebe-se que o caminho para a formação da “consciência nacional” ia gradativamente sendo traçado pela literatura, ou seja, a estilização literária gerava recursos para alimentar o desejo imenso de compreensão do país.

Esse “poder” literário finalmente se fragiliza com a publicação de *Sertões*, no ano de 1902 por Euclides da Cunha. Embora ainda extraído do cadinho literário e sociológico, *Sertões* marca o início de uma análise bem mais científica, na qual expõe, através da observação, características básicas da sociedade brasileira. A importância de Euclides da Cunha é observada na medida em que se constata que os estudos sociológicos anteriores a ele fundamentavam-se na superficialidade do “ponto de vista”, o que impedia aprofundamentos maiores nas questões reais da sociedade.

Com o movimento modernista há uma tomada de consciência sobre as transformações pelas quais passavam as estruturas social, política, econômica do país. Este movimento literário percebe com nitidez os efeitos que o impulso industrial e a mecanização causariam em todos os setores sociais. Desencadeando-se desde a Primeira Guerra Mundial, a indústria, a mecanização e a velocidade gerariam agitações sociais que romperiam com a costumeira harmonia anterior.

O Modernismo liberta-se também do sentimento de inferioridade histórica, social e étnica em face aos países europeus. Emancipa-se literariamente, admitindo e expondo a formação étnica mestiça com herança cultural européia que também comportava influências culturais “africanas” e “ameríndias”. A partir de então, tornara-se desnecessário atribuir características européias aos índios ou idealizar sociologicamente o caboclo como ocorrera no período “pós-romântico”. Há um movimento de aceitação das características étnicas outrora reprimidas, e os componentes da cultura brasileira, como é o caso do primitivismo deixam de ser ponte de obstrução na formação cultural, para transformar-se em elemento de cultuação. Da mesma forma, a natureza tropical já não se calca no aprazível, mas na sua acentuada rudeza e constante ameaça.

O mulato e o negro deixam de ser somente temas de estudos para transformarem-se em fonte de inspiração.

Dessa maneira, a estética do mo(vi)mento modernista vai se definindo pelo resgate do “folclore”, da “arte primitiva” e da “etnografia”. Obviamente, não se ignora a assimilação de vanguardas européias como o Futurismo, o Expressionismo, o Cubismo e o Surrealismo pelos escritores modernistas brasileiros. No entanto, estes escritores abandonaram a simples imitação, livraram-se das imposições acadêmicas e deram forma a uma arte que tanto comportava o “local” quanto o “universal”.

Os contrastes nacionais exigiam meios diferentes de expressividade; buscava-se autenticidade num momento em que permanecer nos mesmos padrões implicaria inadequações frente às mudanças que se impunham no país.

As características étnicas da nação, até então reprimidas, fundem-se, por exemplo, numa única personagem de Mário de Andrade. *Macunaíma* expõe irreverentemente elementos sócio-culturais inegáveis na formação da civilização brasileira. Esta personagem condensa em sua “ausência de caráter” as características dessa multiplicidade étnica: ora negro, ora mestiço, ou ainda com traços europeus, oscila entre a esperteza e a ingenuidade.

“Através da etnografia e do folclore há a busca da originalidade, da identidade nacional, e nessa busca o “primitivismo estético” surge enquanto recurso utilizado por Mário de Andrade para representar uma nova concepção de arte num momento de mudanças tecnológicas e industriais. Uma das vertentes teóricas do Modernismo buscava caracterizar o “ser primitivo” e defini-lo para

construir o conceito de “nação brasileira” e dessa forma inseri-la na ordem internacional”.⁴

Neste sentido, o Modernismo foi também um movimento que procurava redefinir a cultura brasileira. A Semana de Arte Moderna (1922) reuniu com seus vários representantes algumas das tendências inovadoras que se manifestavam em pontos isolados. Esta geração de modernistas, para citar somente alguns nomes como Mário de Andrade, Ronald de Carvalho e Sérgio Buarque de Holanda, privilegiou a análise e expressou-se predominantemente através da crônica e do ensaio histórico e sociológico.

Passados os momentos nos quais o Modernismo faz da expressão literária um meio de resgate folclórico, étnico e regional, chega-se nos decênios de 30 e 40 ao ponto de maturação literária. A prosa extremamente revolucionária do período modernista funde-se aos acontecimentos históricos de 1930. Assim, a crise cafeeira, a Revolução de 30, a decadência da aristocracia rural, o declínio do Nordeste, o proletariado em nítida fase de formação, o êxodo rural, o cangaço, a industrialização dos setores sociais e conseqüente influência na vida do homem nas cidades foram alguns dos problemas característicos do país que marcaram o estilo do romance de 30. Período no qual surgem no cenário literário José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo entre outros escritores.

Nas palavras de Alfredo Bosi⁵, os decênios de 30 e 40 serão lembrados como a “era do romance brasileiro”. Surge com as obras desses escritores um romance

⁴ SOUZA, Tânia et al. In: *Macunaíma: A memória social no relato biográfico*, Anuário de literatura n°1, Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras Literatura Brasileira e Teoria Literária, UFSC, 1993. p. 12.

⁵ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1976, p.436.

caracterizado pela visão crítica das relações sociais. Abandonando o realismo “científico” e “impessoal” do século XIX, esta geração de escritores ultrapassa a “narração-documento” para, através da interpretação da vida e da História, sustentar enredos e personagens. A tendência para a pesquisa humana e social expunha a “força” e a “fraqueza” humana em face aos problemas de seu meio social e político. Cria-se dessa forma recursos para revelar os danos causados pela sociedade ao ser humano. Com as personagens colocadas na paisagem característica de seu meio sócio-econômico, a narrativa obtém efeito maior de uma realidade histórica.

Embora o Modernismo tenha dado início à divisão do trabalho intelectual, encaminhando o romance para questões mais estéticas do que históricas e sociais, é possível perceber que o ensaio histórico-sociológico desenvolvido em simultaneidade com o romance de 30 e 40 ainda não se enquadra sistematicamente no ensaio histórico-social especializado. Apesar disso, prosseguia numa pesquisa incessante procurando interpretar o Brasil. Neste campo é importante citar escritores como Gilberto Freire (Casa-Grande e Senzala, Sobrados e Mucambos, Nordeste), Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil), Caio Prado Júnior (Formação do Brasil Contemporâneo, História Econômica do Brasil).

Seria possível um aprofundamento maior dentro do gênero ensaístico deste período. No entanto, é imperativo que se retome “o romance de tensão crítica” para que então se perceba a importância do romancista e memorialista Graciliano Ramos. Se a análise de sua obra, em conjunto, deixa entrever o exercício da técnica literária de escritor, não encobre também o conflito social, a tensão que ocorre entre o homem/homem, homem/natureza, homem/sociedade. Encontram-se elementos do enredo que, com certa regularidade, se antagonizam abrindo espaço para

a desvelação do caráter e da consciência humana. Mas, se o ser humano não é poupado, a sociedade não permanece impune e emerge enquanto geradora das “lesões humanas”. A universalidade de sua obra parece sustentar-se justamente sobre essa gama variada da humanidade, singularizada na concepção dos diferentes protagonistas de seus romances. Obra que coloca em questão a moralidade, a solidariedade e a sensibilidade humana.

Em **Caetés**, o caráter humano desprovido de força interior permanece na inocuidade de seus atos. Em **São Bernardo**, ao contrário, o protagonista não mede as conseqüências de seus atos para conquistar seu objetivo, mas em momentos de “embotada” sensibilidade faz sua auto-análise. E, embora não pretenda mudanças de comportamento, esta personagem é colocada enquanto resultante de um sistema social competitivo do qual absorveu toda rudeza. Em **Angústia**, a auto-análise se adensa num fluxo de consciência ininterrupto e infinito sem, no entanto, vasculhar na hostilidade do seu pequeno universo as razões para o seu estado de angústia atual. Em **Vidas Secas**, as personagens nivelam-se à aspereza de seu ambiente sócio-cultural e aos infortúnios da natureza. E, no momento em que se observa a transição da ficção para a confissão, Graciliano Ramos não parece perder de vista o conflito e a crítica social.

Guardadas as proporções que o caracterizam enquanto livro de memórias, **Infância** não escapa desta visão crítica das relações sociais. Sem desconsiderar aí o “quinhão da fantasia” inerente à arte literária, o efeito de real aumenta na medida em que as relações inter-humanas, familiares e escolares encontram seu meio expressivo sob o recurso do resgate memorialístico. E, se anteriormente o foco de resistência ocorria no sentido homem/homem e homem/natureza, agora a fissura do conflito se aprofunda ainda mais na figura indefesa e frágil do menino

irremediavelmente condicionado ao seu meio social. Em lugar do herói ou do anti-herói, há somente a criança e seu silêncio diante das imposições que vêm do universo adulto.

Assim, o entrelaçamento da literatura brasileira com a história e a sociologia parece encontrar nas memórias fontes consideráveis de observação. Uma breve retomada do capítulo cinco deste trabalho expõe certos aspectos característicos das escolas do início deste século através de práticas pedagógicas e métodos disciplinares que resgatam a concepção de educação da cultura vigente. No capítulo oito, uma contextualização histórica desta escola primária permite observá-la ainda sob orientação daquilo que determinava a constituição de 1891. E, se cabe à escola a responsabilidade pela transmissão cultural, percebe-se que em **Infância** esta capacidade encontra-se extremamente ameaçada. No contraponto do suplício causado pela exigência da presença diária, ocorre a segregação. Esta não se define em **Infância** pela ausência ou afastamento corporal do recinto escolar. A separação ocorre através do estado de sonolência ou, ainda, na busca de uma distração disfarçada, silenciosa e voluntária.

Na medida em que a memória se faz através da gradativa consciência e conquista do código lingüístico, a família surge como aquela que inicia a criança no aprendizado. Coube por isso também, no capítulo seis, um estudo da conduta do poder patriarcal sobre aqueles que a ele estão sujeitos. Sabe-se que o tema "família" tem ocupado tempo e lugar nos estudos da antropologia e das ciências sociais. Ao que parece, no entanto, este assunto tem assumido dimensões inesgotáveis e, com certeza, **Infância** abre também, à sua maneira, uma discussão sobre este tema. Através de sua reflexão, Graciliano Ramos possibilita olhar a família sob uma perspectiva crítica. Coloca em questão a violência intrafamiliar, suas práticas repressoras e, em certa medida, a expõe enquanto

possibilidade de reprodução das desigualdades sociais e como uma leitura possível do “mito da criança infeliz”.

Há que se considerar o diálogo da literatura memorialística não somente com o tempo, mas também com a história e com a sociologia. O texto de memórias não se detém na sua interioridade porque, ao encontrar no leitor o seu ponto de união, expõe este “patchwork” e extrapola a sua singularidade no resgate de situações coletivas. Na medida em que o universo infantil é resgatado negativamente, isso corresponde a certas necessidades históricas nas quais há indiscutivelmente a ausência da criança. Dessa maneira, o caráter social e histórico da literatura brasileira encontra em *Infância* papel relevante.

CONCLUSÃO

A despeito da verossimilhança que possa gerar o fato de **Infância** se imprimir no contexto literário enquanto memórias, este estudo buscou observar-lhe igualmente do ponto de vista da ficção. Contudo, não ignorou a função social da memória, enquanto matéria transmitida a outrem, mediada pela linguagem. Esta, na condição de produto social, não é somente necessária, mas também responsável pela preservação da memória.

O ato da transmissão de experiências conduziu a uma reflexão sobre o sujeito da enunciação; a voz que arroga a si o direito de transmitir sua vivência ou testemunho. As experiências vividas e acumuladas ao longo do tempo, submetidas à meditação e à evocação na idade avançada, resultam em material que, através do exercício da escrita, proporcionam o caráter cíclico desta escritura.

A preservação do passado que ocorre através dessa transmissão de experiências remete às sociedades sem escrita, quando então sua forma de conservação se dava pela transmissão oral, sem o auxílio de registros. Essa persistência do exercício da memória assinala a sua importância desde a Antigüidade. Embora o surgimento do alfabeto tenha suscitado certo temor diante da possibilidade do desaparecimento deste exercício, percebe-se que os narradores persistiram através dos tempos, não na manutenção da transmissão oral, mas encontraram na escrita um meio seguro de perpetuar o passado e ampliar essa transmissão penetrando nas bibliotecas.

Há que se observar, no entanto, que as memórias, mesmo se configurando enquanto “narrativa do eu”, e portanto particular, pessoal ou individual, quando observada no seu aspecto performativo, transcende a este caráter confidencial. Neste sentido, poderá dialogar com uma coletividade na medida em que representa a necessidade de manifestação de um grupo social. Dessa maneira, embora se observe também o seu direito à individuação, não se ignora que sua escritura pode refletir questões sociais. Obviamente não se perdeu de vista o intervalo temporal entre a experiência vivida e o momento do relato, período no qual há que se considerar o “quinhão da fantasia”, o imaginário enquanto “motor do real”, para incluir as memórias no campo da ficção.

Buscou-se também observar **Infância** na história do memorialismo brasileiro. E, neste sentido, seu texto se impôs por acentuadas diferenças quando comparado aos de seus predecessores. Sublinhou-se aí aspectos relevantes como a descontinuidade da memória, o tema predominante da infância, a narrativa da perspectiva infantil e o desapego à lógica do discurso e à histografia. Além disso, as memórias de **Infância** extrapolam o universo existencial e emocional do “eu” para proporem uma reflexão sobre a história social da criança.

Focalizando a criança e seu universo limitado na alternância entre a família e a escola, abordou-se comparativamente as infâncias de Graciliano Ramos e de seus contemporâneos. Assim, a escola e suas práticas, além de predominarem na evocação de seus passados, também expuseram a inadequação de seus métodos e de suas técnicas na transmissão cultural. Simultaneamente a isso observou-se os efeitos causados pelas primeiras leituras e pelas leituras voluntárias, que acenavam a esses meninos como ponto de fuga do mundo inóspito no qual se sentiam encarcerados.

Observando *Infância* na trajetória literária de Graciliano Ramos, concluiu-se que, apesar do corte biográfico e da diferente técnica de composição, este livro ainda expõe conflitos sociais. E a tensão inerente aos seus romances anteriores persistiu ainda na orientação do tecido narrativo das memórias, em que o caráter humano é mais do que nunca exposto nas contradições do meio social que agora reflete o frágil universo infantil.

Este universo é representado pela insistente preocupação da criança frente ao código lingüístico, e nesta ávida procura de conhecimento encara também a rigidez nas relações inter-humanas. A ausência do componente afetivo foi preenchida com relações bastante complexas, humilhações e postergações. *Infância* expõe, na verdade, o desenvolvimento da criança no sentido da reificação, e dessa forma desmistifica o aprazível, o romântico e o paternalismo comumente atribuídos a este tema.

Comparando o ideal rousseauiano de educação e a prática educacional do início do século XX, colocou-se em evidência aquilo que o filósofo já combatia no século XVIII, ou seja, a educação enquanto aquisição e empilhamento das ciências em detrimento da educação integral do ser humano.

Após analisar a evolução da literatura brasileira, destacando a importância de dois movimentos literários (Romantismo/Modernismo) na luta por uma identidade nacional, percebe-se que coube à literatura atribuições maiores que a exclusiva preocupação estética. Por razões já observadas no último capítulo deste trabalho, a literatura, durante longo período, tomou dimensões maiores do que a simples ponte interdisciplinar. Preencheu em certa medida e à sua maneira o espaço lacunar, carente de intelectuais especializados nas áreas da história e da sociologia. Alimentava com seus recursos expressivos, a avidez de

conhecimento de um país que, além dos obstáculos étnicos, enquanto fonte de definição racial, também possuía como entrave a amplitude e a variação geográfica.

E, na medida em que a arte representa o mundo dos homens, também a literatura deixou entrever em sua produção, nos diversos momentos de sua história, problemas característicos do país. Se a literatura da geração de 30 e 40 já apresentava a maturidade aspirada desde o Modernismo, não deixou de se expressar por meio da representação de relações inter-humanas. Embora uma obra seja única, singular e pessoal, incluindo-se aí as memórias, representa uma coletividade na medida em que encontra pontos de afinidade dentro de uma comunidade e suscite, a partir daí, certa ressonância.

Foi nosso desejo também demonstrar que Graciliano Ramos, enquanto romancista desse período, enriqueceu consideravelmente a literatura brasileira com a construção de personagens colocados em ambientes propícios para a exposição da tensão social e do caráter humano.

Por isso, embora a crítica literária e a história da literatura classifiquem as memórias como “subgênero literário”, *Infância*, um livro que é ficção, biografia e romance de formação, se impõe como uma obra significativa no contexto cultural brasileiro. Seu tecido narrativo não foge às características ficcionais, nem tampouco abole o conflito social e humano tão presente nas histórias de vida. Observa-se ainda que Graciliano Ramos reconstrói seu universo infantil sem o auxílio de documentos como diários, fotos ou cartas. A matéria que alimenta sua narrativa de memórias é o resultado da evocação de um “tempo perdido”, resguardado na interioridade de sua consciência. Dessa maneira, movimentos de viagens, família, sistema educacional e

comunidade imediata são preservados pela criação literária. Espaço no qual os fatos são narrados segundo o juízo de valor e a ótica que o narrador possui a respeito desse período de sua vida. Configura-se então a representação de uma infância que rompe com “o mito da infância feliz”. Experiência acumulada e filtrada pelo adulto, que cede agora sua voz para a criança outrora intimidada pelas regras e normas da cultura vigente. Experiência que, apesar de preservada pela memória, não pretende difundir e manter os mesmos valores, mas trazê-los à luz da reflexão. Tangencia uma parte da **memória social** que, embora relegada, se faz presente em **Infância** de Graciliano Ramos, que falou pouco e bem. Assim, ficou o ensinamento em letras de forma: “Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém”.

BIBLIOGRAFIA

Do autor

Caetés, 22 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1986.

São Bernardo, 47 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1988.

Angústia, 32 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1986.

Vidas Secas, 56 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1986.

Infância, 22 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1986.

Insônia, 22 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1987.

Memórias do Cárcere. (Vol. I e II), 24 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1989.

Viagem (Tcheco-Eslováquia - URSS), 4 ed. São Paulo, Martins Editora, 1970.

Linhas Tortas, 3 ed. Rio de Janeiro, Record, 1975.

Viventes das Alagoas, 14 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1984.

Alexandre e Outros Heróis. (“Histórias de Alexandre”, “A Terra dos Meninos Pelados” e “Pequena História da República”), 32 ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 1990.

Cartas, Rio de Janeiro, Record, 1981.

Sobre o autor

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira.** 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1976, p. 450 a 455.

CANDIDO, Antonio. Ficção e Confissão. In: **Ensaio sobre Graciliano Ramos,** Rio de Janeiro: 34, 1992.

CARPEAUX. Posfácio a Ramos, Graciliano. In: **Angústia.** 32 ed.

DALFARRA, Maria Lúcia. A Preservação da infância na prática textual de Graciliano Ramos. In: **Dossiê Palavra/Imagem.** Revista da USP, nº 16, 1992-1993, p. 147 a 150.

GARBUGLIO, José Carlos et al. **Graciliano Ramos.** Coleção Escritores Brasileiros,- Antologia e Estudos, São Paulo, 1987.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1992.

MOURÃO, Rui. **Estruturas :** ensaio sobre o romance de Graciliano Ramos, Rio de Janeiro: Arquivo editora e distribuidora, 1971, p. 55 a 114.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes. **Cacos da memória: uma leitura de Infância**, de Graciliano Ramos. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Letras UFMG. Belo Horizonte, 1992.

_____. “Memória e Sociedade em Infância de Graciliano Ramos”. In: **Caderno de Letras**. - v. 1, n. 1, PUC/MG: Belo Horizonte, set. 1994.

PEREGRINO. “Uma simples recordação de Graciliano Ramos” apud MORAES. **O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos**.

PORTELLA, Eduardo. Problemática do Memorialismo. In: **Dimensões I. Crítica Literária**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958, p.191 a 199.

SENNA, Homero. República das Letras. In: **Revisão e Modernismo**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1968, p. 181 a 192.

YUNES, Eliana. Infância e memória — um enlace Possível? In: **Revista Tempo Brasileiro**, v. 1 — n° 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962, p. 77 a 81.

ZAGURY, Eliane. **A escrita do eu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ZILBERMAN, Regina. **São Bernardo e os processos da comunicação**, Porto Alegre, Movimento; Brasília, INL, 1975.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABRAMOVICH, Fanny. **O mito da infância feliz**; Organizadora [da Antologia] Fanny Abramovich. São Paulo: Summus 1983.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1991.
- ALMEIDA, José Américo de. **Antes que me esqueça: memórias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- AMADO, Jorge. **O menino grapiúna**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. 1ed. São Paulo: Ática, 1988.
- ANJOS, Cyro. **A menina do sobrado**. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. Brasília: INL, 1979.
- ARANTES, Antônio Augusto. et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1993.
- ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. trad. Dora Flaskman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**. trad. Suzi Frankl Sperber. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BARTHES, Roland. **A morte do autor**. trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Mitologias.** trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 9 ed. São Paulo: Bertrand, 1993.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política.** trad. Sérgio Paulo Rouanet. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação.** trad. Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo: Summus, 1984.

BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: **Os pensadores.** trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

_____. Introdução à metafísica . In: **Os Pensadores.** trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

_____. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: M.Fontes, 1990.

_____. **O Pensamento e o movente.** (Introdução). trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário,** trad. Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** trad. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAIT, Beth. **A Personagem.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1987.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia: a idade da fábula.** trad. David Jardim Júnior. São Paulo: Tecnoprint., 1965.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios.** São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária.** 5 ed. São Paulo: Nacional, 1976.

CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil contemporâneo (1922 - 1938).** 3 ed. Rio de Janeiro - São Paulo: DIFEL, 1977.

CHALHUB, Samira. **A metalinguagem.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1988.

COMMELIN, P. **Mitologia grega e romana.** trad. Thomaz Lopes. Rio de Janeiro: Tecnoprint, Ediouro, 1994.

D'INCAO, Maria Angela et al. (org.) **Amor e família no Brasil.** In: **Representações do amor e da família.** São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** trad. M. T. Da Costa Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ECO, Humberto. **Semiótica e filosofia da linguagem.** trad. Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin. 1 ed. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, José Luiz. **Elementos da análise do discurso.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **Linguagem e ideologia.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

FOCAULT, Michel. **O que é um Autor?**. trad. António F. Cascais et al. Passagens, Portugal: Vega, 1992.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. trad Lúgia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. trad. Salma Tannus Muchail. 6 ed. São Paulo: M. Fontes, 1992.

_____. **Microfísica do poder**. trad. Roberto Machado 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Júlio Verne e uma literatura revolucionária**. trad. T. C. Neto. São Paulo: Documentos, 1969.

FREUD. **Patologia da Vida Cotidiana**. apud YUNES. **Infância e memória: Um enlace possível?** In: **Revista Tempo Brasileiro**. v. 1. nº 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.

GOEPPERT, Sebastian e HERMA, C. **Linguagem e psicanálise**. trad. Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Cultrix, 1980.

GOLDMANN, Lucien. et al. **Sociologia da literatura**. trad. José de Aguiar. Lisboa: Estampa, 1972.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. trad. Laurent León Schaeffer. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Le cadres sociaux de la mémoire**. Apud BOSI. **Memória e sociedade**.

- HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder: as crianças e a literatura fantástica.** trad. Carlos Rizzi. São Paulo: Summus, 1980.
- LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura escolar na República Velha,** Rio de Janeiro : Globo, 1982.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O foco narrativo ou a polêmica em torno da ilusão.** 4 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** trad. Bernardo Leitão et al. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.
- LINS, Álvaro. **A técnica do romance em Marcel Proust.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LUKÁCS, Georg. Teoria do Romance apud BENJAMIN In: **Magia e técnica: arte e política.**
- _____. **Sociologia.** Organizador :José Paulo Netto; [trad. José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho]. São Paulo: Ática, 1981.
- MAY, Georges. **La autobiografia.** trad. Danubio Torres Fierro. México: Breviários del Fondo da Cultura, Económico, 1982.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945).** 1 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- MOREIRA. Vivaldi. **O menino da mata e seu cão piloto: memórias sincopadas.** Belo Horizonte, I. Oficial, 1981.

- NABUCO, Joaquim. **Minha formação**. 1 ed. Porto Alegre: Paraula, 1995.
- NUNES, Benedito. **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.
- PESSOA, Fernando. **Os melhores poemas de Fernando Pessoa**. São Paulo: Global, 1985.
- PETERSON, Michel. **Estética e política do romance contemporâneo**. trad. Ricardo Iuri Canko. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1995.
- PLATÃO. **Diálogos (Menon - Banquete - Fedro)**. trad. Jorge Paleikat. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Globo, 1945.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PRIORE, Mary del. (Org.). **História da criança no Brasil**. In: **Caminhos da História**. São Paulo: Contexto, 1991.
- PROENÇA FILHO, Domicio. **Estilos de época na literatura**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1989.
- PROPP, Vladimir. **Morfologia del cuento** apud LAFETÁ. In: **Posfácio a Ramos, Graciliano**. São Bernardo.
- RAMOS, Tânia R. O. **Memórias: uma oportunidade poética**. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira pela PUC/ RJ, orientador: Prof. Dr. Affonso Romano de Sant'Anna, Rio de Janeiro, 1990.

REGO, José Lins do. **Meus verdes anos: memórias**. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980

RESENDE, Vânia Maria. **O Menino na literatura brasileira**, São Paulo: Perspectiva, 1988.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil. (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ROSETTI, A. **Introdução à fonética**. trad. Maria Leonor Carvalho Buescu. Coleção Saber. 3 ed, Publicações Europa-América, 1974.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Projeto para a educação do senhor de Saint-Marie**. trad. Dorothee de Bruchard. Edição Bilingüe. Porto Alegre: Paraula, 1994.

_____. **Vida e Obra**. In: **Os Pensadores**. trad. Lourdes Santos Machado. 5 ed. São Paulo: N. Cultural, 1991.

SARAIVA, Juracy Assmann. **O circuito das memórias em Machado de Assis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Leopoldo, RS: Unisinos, 1993.

SCHÜLER, Donaldo. **Teoria do romance**. São Paulo: Ática, 1989.

SCHWARTZ, Roberto. **Que horas são? : ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Roberto Acízelo de. **Teoria da literatura**. 1 ed. São Paulo: Ática, 1986.

STORT, Eliana V. R. **Cultura, imaginação e conhecimento: a educação e a formalização da experiência.** São Paulo: UNICAMP, 1993.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro.** 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

TERRAIL, Ponson du. **Rocambole.** v.1. São Paulo: Companhia Brasil Editora, 1946.

VERÍSSIMO, Érico. **Solo de clarineta: memórias.** 8 ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

VERNE, Júlio. **Viagem ao centro da terra.** trad. José Alberto Fomm Damásio. São Paulo: Hemus, 1982.

Dicionários utilizados

Dicionário de História do Brasil Moral e Civismo, 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

NOVÍSSIMA DELTA LARROUSE. Enciclopédia e Dicionário. Vol. 8. Rio de Janeiro: Delta, 1981.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 2 ed. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 1986.